

EDITAL RETIFICADO

PREGÃO ELETRÔNICO

138/2024

PROCESSO LICITATÓRIO

253/2024

CONTRATANTE (UASG)

Prefeitura Municipal de Divinópolis (984445)

OBJETO

Registro de preços para aquisições futuras e eventuais de diversos materiais e ferramentas de construção civil, necessários para manutenção e construção dos imóveis da Secretaria Municipal de Saúde e demais secretarias, conforme edital e seus anexos.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 78.292.401,29

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

16/10/2024 às 9h (horário de Brasília/DF)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço por lote

MODO DE DISPUTA

Aberto e fechado

EXCLUSIVIDADE PARA ME/EPP/EQUIPARADAS

Licitação com 2 itens exclusivos e 487 itens de ampla concorrência

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS/MG

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 138/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 253/2024

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Divinópolis, por meio do Setor de Compras e Licitações, sediado na Av. Paraná, nº 2.601, nesta cidade, realizará licitação, para realizar registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei Federal nº 14.133/2021](#), do [Decreto Municipal nº 15.995/2023](#), do [Decreto Municipal nº 15.980/2023](#) e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1 – DO OBJETO

1.1 – Constitui objeto desta licitação o registro de preços para aquisições futuras e eventuais de diversos materiais e ferramentas de construção civil, necessários para manutenção e construção dos imóveis da Secretaria Municipal de Saúde e demais secretarias, conforme edital e seus anexos.

1.2 – A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do **Anexo I/Termo de Referência**, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

1.3 – Qualquer divergência entre as informações lançadas na plataforma eletrônica em relação aos descritivos dos itens, quantidades e valores deste edital, prevalecerão às informações contidas no **Termo de Referência** do Edital.

2 – DO REGISTRO DE PREÇO

2.1 – As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3 – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 – Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.1.1 – Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2 – O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3 – É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4 – A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da

habilitação.

3.5 – Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [art. 16 da Lei Federal nº 14.133/2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o Microempreendedor Individual (MEI), doravante referidos como MPE, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123/2006](#).

3.6 – Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1 – Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2 – Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

3.6.3 – Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários

3.6.4 – Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5 – Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6 – Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei Federal nº 6.404/1976](#), concorrendo entre si;

3.6.7 – Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8 – Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9 – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.10 – Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

3.7 – O impedimento de que trata o item **3.6.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8 – A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **3.6.2** e **3.6.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9 – Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10 – O disposto nos itens **3.6.2** e **3.6.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11 – Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei Federal nº 14.133/2021](#).

3.12 – A vedação de que trata o item **3.6.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

Distribuição do Objeto em Razão do Enquadramento Fiscal

3.13 – Em atendimento ao disposto [art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006](#), reservou-se cota para participação reservada a MPEs no importe de 0,0682% do objeto da licitação, a cota é representada pelo lote 3.

3.13.1 – A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às MPE que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.14 – Todas as empresas interessadas poderão participar nos lotes de ampla concorrência/cota principal (lotes 1, 2 e 4 a 16), inclusive as que se enquadrem como MPE.

4 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 – Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2 – Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3 – No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1 – Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2 – Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);

4.3.3 – Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado,

observando o disposto nos incisos [III e IV do art. 1º](#) e no inciso [III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4 – Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4 – O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [art. 16 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

4.5 – O fornecedor enquadrado como MPE deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [artigos 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

4.5.1 – No item exclusivo para participação de MPE, a assinalação do campo “Não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.5.2 – Nos itens em que a participação não for exclusiva para MPE, a assinalação do campo “Não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123/2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6 – A falsidade da declaração de que trata os itens **4.3** ou **4.4** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei Federal nº 14.133/2021](#) e neste Edital.

4.7 – Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8 – Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9 – Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10 – Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1 – A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2 – Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11 – O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1 – Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.11.2 – Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.12 – O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item **4.10** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação,

podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13 – Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14 – O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 – O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 – Valor unitário e total do lote;

5.1.2 – Marca/Nome comercial e modelo;

5.1.3 – Fabricante;

5.1.4 – Quantidade cotada, devendo ser igual à quantidade máxima prevista para a contratação.

5.1.5 – Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do **Anexo I/Termo de Referência** e indicando, no que for aplicável, o modelo, apresentação, prazo de validade ou de garantia, número do registro do produto na ANVISA ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

5.2 – Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.2.1 – O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3 – Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

5.3.1 – Os preços unitários cotados pelos licitantes poderão possuir até **2 (duas) casas decimais**.

5.4 – Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 – Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6 – Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7 – A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o **Termo de Referência**, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7.1 – O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, contados da apresentação.

5.7.2 – Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

5.7.3 – Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no subitem anterior.

5.10 – O descumprimento dessas normas pela Administração Municipal ou por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição Federal](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

6 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 – A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 – Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.2.1 – Será desclassificada a proposta que identifique o licitante antes fase final de lances.

6.2.2 – A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3 – A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.2.4 – O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.3 – O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4 – Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5 – O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.5.1 – O lance para o grupo será feito em tela diferente da tela principal do envio de lances, para cada item do grupo. O lance vencedor será o menor lance na soma total dos itens do grupo.

6.6 – Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7 – O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8 – O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01.

6.9 – O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10 – O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11 – Será adotado para o envio de lances neste pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”,

os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1 – A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2 – Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3 – No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.4 – Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.5 – Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.12 – Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13 – Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14 – Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15 – No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16 – Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17 – Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

6.18 – Em relação a itens não exclusivos para participação de MPE, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as MPEs participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006](#).

6.18.1 – Nessas condições, as propostas de MPEs que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2 – A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3 – Caso a MPE melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes MPEs que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na

ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4 – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MPEs que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19 – Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1 – Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021](#), nesta ordem:

6.19.1.1 – Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2 – Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.1.3 – Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4 – Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2 – Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1 – Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.19.2.2 – Empresas brasileiras;

6.19.2.3 – Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país;

6.19.2.4 – Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei Federal nº 12.187/2009](#).

6.20 – Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1 – Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.20.2 – A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.3 – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.4 – O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.5 – O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **24 (vinte e quatro)**

horas, envie a **Proposta Final Realinhada** (que pode ser redigida conforme modelo do **Anexo II**) adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5.1 – Caso o Pregoeiro reconvoque o licitante para apresentar nova **Proposta Final Realinhada** a título de saneamento ou complemento, o documento deverá ser apresentado no prazo de **2 (duas) horas**.

6.20.6 – O Pregoeiro, a seu critério, poderá solicitar concomitantemente a proposta realinhada dos demais classificados para julgamento técnico.

6.20.7 – É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21 – Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7 – DA FASE DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

7.1 – Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item **3.6** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 – SICAF;

7.1.2 – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

7.1.3 – Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>); e

7.1.4 – Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:2:107185452077464::NO:2::>).

7.1.5 – Para a consulta de licitantes pessoa jurídica, poderá haver a substituição das consultas subitens acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

7.2 – A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante, por força da vedação de que trata o [art. 12 da Lei Federal nº 8.429/1992](#).

7.3 – Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN SEGES nº 3/2018, art. 29, caput](#)).

7.3.1 – A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN SEGES nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2 – O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN SEGES nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3 – Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4 – No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos [artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006](#), seguindo-se a disciplina antes estabelecida

para aceitação da proposta subsequente.

7.5 – Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos artigos [29 a 35 da IN SEGES nº 73/2022](#).

7.6 – Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1 – Contiver vícios insanáveis;

7.6.2 – Não obedecer às especificações técnicas contidas no **Termo de Referência**;

7.6.3 – Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4 – Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5 – Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7 – Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.7.1 – A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1 – Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2 – Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8 – Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9 – Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.9.1 – O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.9.2 – Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.10 – Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.11 – Caso o **Termo de Referência** exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no **Termo de Referência**, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12 – Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais

licitantes.

7.13 – Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.14 – No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.15 – Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no **Termo de Referência**.

8 – DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1 – Os documentos previstos neste Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [artigos 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

8.1.1 – A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2 – Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original por cópia.

8.2.1 – A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante o Pregoeiro, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

8.3 – Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei Federal nº 14.133/2021](#).

8.4 – Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.5 – Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6 – Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7 – A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.7.1 – Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN SEGES nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.8 – É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção

ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN SEGES nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.8.1 – A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN SEGES nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.9 – A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1 – Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo máximo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.10 – A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1 – Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11 – Após a entrega dos documentos para habilitação dentro do horário previsto, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei Federal nº 14.133/2021, art. 64](#), e [IN SEGES 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.11.1 – Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2 – Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12 – Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13 – Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.14 – Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.15 – O licitante enquadrado como MPE deverá anexar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do [art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006](#).

8.16 – Para fins de **Habilitação Jurídica**, será verificado se o licitante apresentou, de acordo com o seu enquadramento:

8.16.1 – Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.16.2 – Microempreendedor Individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no portal <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

8.16.3 – Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como

empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.16.4 – Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME nº 77/2020](#).

8.16.5 – Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.16.6 – Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.16.7 – Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei Federal nº 5.764/1971](#).

8.16.8 – Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.17 – Para fins de **Habilitação Fiscal, Social, e Trabalhista** será verificado se o licitante apresentou:

8.17.1 – Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17.2 – Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**).

8.17.3 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452/1943](#).

8.17.4 – Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual/Distrital** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.17.5 – Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal/Distrital** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.17.6 – Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.18 – Para fins de **Habilitação Econômico-Financeira** será verificado se o licitante apresentou:

8.18.1 – Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sua sede nos termos do [art. 69, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

8.18.1.1 – No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente,

na forma do [art. 58, da Lei Federal nº 11.101/2005](#), sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

8.18.1.2 – Na falta de validade expressa na Certidão Negativa, ter-se-ão como válidos pelo prazo de 90 (noventa) dias de sua emissão.

8.18.2 – Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

8.18.2.1 – As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

8.18.2.2 – Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.18.2.3 – Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.18.2.4 – Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação OU valor total estimado da parcela anual do contrato.

8.18.2.5 – As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura ([Lei Federal nº 14.133/2021, art. 65, §1º](#)).

8.18.2.6 – O atendimento dos índices econômicos previstos neste item poderá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Justificativa para a escolha dos índices:

- a) Índice de Liquidez Corrente – ILC igual ou maior 1 demonstra a relação entre os haveres e deveres da empresa, que permita avaliar a capacidade da empresa em arcar com os custos iniciais da Concessão, mobilização e efetivo início da prestação dos serviços, uma vez que, entre a mobilização, início da execução e primeiro recebimento transcorrerão aproximadamente 60 (sessenta) dias;
- b) Índice de Liquidez Geral – ILG igual ou maior 1 e que analogamente ao índice anterior demonstra a saúde financeira da empresa, porém levando em consideração neste caso as parcelas de comprometimento e recebimentos de prazo mais longo;
- c) O Índice de Solvência Geral – SG igual ou maior que 1 se justifica uma vez que demonstra a saúde financeira da empresa através do grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos totais, para pagamento total de suas dívidas, envolvendo além dos recursos líquidos, também os permanentes, ou seja, sua capacidade em liquidar suas obrigações

8.19 – Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, apresentá-los vencidos ou em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **5 (cinco) dias**

corridos, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei Federal nº 14.133/2021](#).

9.1.1 – A Ata de Registro de Preços será assinada digitalmente através do sistema de gestão da Prefeitura de Divinópolis, o Betha Cloud.

9.1.2 – O documento será enviado ao fornecedor via sistema Betha Assinatura e a notificação será enviada via e-mail juntamente com o manual de instrução para cadastro e validação de assinatura.

9.2 – O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3 – Termo inicial de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses contados da assinatura, na forma do [art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021](#), e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

9.4 – A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.5 – Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no **Termo de Referência**, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.6 – O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

9.7 – A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.8 – Na hipótese de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

9.9 – Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados para mais ou para menos conforme a realidade do mercado e conforme as disposições dos artigos 22 a 24 do [Decreto Municipal nº 15.995/2023](#) e conforme a Minuta de Ata de Registro de Preços.

9.10 – A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada total ou parcialmente nas hipóteses previstas nos artigos 25 e 26 do [Decreto Municipal nº 15.995/2023](#) e conforme a Minuta de Ata de Registro de Preços.

10 – DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1 – Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1 – Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2 – Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2 – Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1 – A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do

certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2 – Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3 – A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1 – Quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2 – Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos artigos 25 e art. 26 do [Decreto Municipal nº 15.995/2023](#).

10.4 – Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1 – Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2 – Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11 – DOS RECURSOS

11.1 – A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

11.2 – O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3 – Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1 – A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

11.3.2 – O prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de **30 (trinta) minutos**.

11.3.3 – O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4 – Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5 – O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6 – Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7 – O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8 – O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até

que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9 – O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12 – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1 – Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1 – Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame.

12.1.2 – Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.1.2.1 – Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2 – Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3 – Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4 – Deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5 – Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital.

12.1.3 – Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

12.1.3.1 – Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

12.1.4 – Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

12.1.5 – Fraudar a licitação.

12.1.6 – Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1 – Agir em conluio ou em desconformidade com a lei.

12.1.6.2 – Induzir deliberadamente a erro no julgamento.

12.1.6.3 – Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

12.1.7 – Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

12.1.8 – Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013](#).

12.2 – Com fulcro na [Lei Federal nº 14.133/2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1 – Advertência.

12.2.2 – Multa.

12.2.3 – Impedimento de licitar e contratar.

12.2.4 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3 – Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1 – A natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2 – As peculiaridades do caso concreto.

12.3.3 – As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

12.3.4 – Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

12.3.5 – A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4 – A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 20% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1 – Para as infrações previstas nos itens **12.1.1**, **12.1.2** e **12.1.3**, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2 – Para as infrações previstas nos itens **12.1.4**, **12.1.5**, **12.1.6**, **12.1.7** e **12.1.8**, a multa será de 15% a 20% do valor do contrato licitado.

12.5 – As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6 – Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7 – A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **12.1.1**, **12.1.2** e **12.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8 – Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **12.1.4**, **12.1.5**, **12.1.6**, **12.1.7** e **12.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **12.1.1**, **12.1.2** e **12.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

12.9 – A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item **12.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73/2022](#).

12.10 – A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11 – Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o

recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12 – Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13 – O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14 – A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12.15 – Além das sanções previstas neste tópico, aplicam-se ao fornecedor, na execução da contratação, as multas previstas na **Cláusula 11** da Minuta de Ata de Registro de Preços.

13 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1 – Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei Federal nº 14.133/2021](#), devendo protocolar o pedido **até 3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

13.2 – A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3 – A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, por correio eletrônico no endereço preletronico@gmail.com.

13.4 – As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1 – A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5 – Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14 – DA GESTÃO DO CONTRATO, FORMA DE FORNECIMENTO E FISCALIZAÇÃO

14.1 – O órgão responsável pela gestão e controle do Contrato decorrente desta licitação será a Prefeitura de Divinópolis, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUSA), na pessoa da servidora indicada no **Termo de Referência**.

14.2 – Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

14.3 – Os fornecimentos serão requisitados parcelada e eventualmente, enquanto a Ata de Registro de Preços estiver vigente, por meio de **Solicitação de Fornecimento** a ser encaminhada via *e-mail*.

14.4 – A entrega deverá ser efetuada no prazo **máximo de 15 (quinze) dias úteis**.

14.5 – A entrega será efetuada no local mencionado no **Termo de Referência** ou, eventualmente, em local diverso a ser especificado na **Solicitação de Fornecimento** limitado à circunscrição do município.

14.6 – Reserva-se à Administração o direito de não receber produtos em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar a contratação e aplicar as sanções estipuladas.

14.7 – A contratada é obrigada a substituir de imediato e às suas expensas produtos em que se verifiquem irregularidade.

14.8 – A Prefeitura de Divinópolis, através do servidor indicado no **Termo de Referência**, exercerá a fiscalização da execução do objeto deste certame e registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à licitante vencedora, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

14.9 – As exigências e a atuação da fiscalização pela Prefeitura de Divinópolis em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne a execução do objeto do contrato.

14.10 – A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o [art. 120 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

15 – DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E DOS PAGAMENTOS

15.1 – As despesas correspondentes à execução do objeto contratado correrão por conta das secretarias municipais da Prefeitura de Divinópolis, através das dotações para o exercício de 2024 e seguintes que serão especificadas nas futuras **Solicitações de Fornecimento**, conforme elemento(s) de despesa(s) discriminado(s) a seguir:

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO
3.3.90.30.00	Material de Consumo
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente

15.2 – O pagamento será realizado no máximo 30 (trinta) dias corridos após emissão de Nota Fiscal e sua regular liquidação pelo(s) servidor(es) competente(s), observada a prévia emissão de **Solicitação de Fornecimento** e Empenho.

15.3 – Os pagamentos são realizados por meio de depósito bancário, razão pela qual a empresa deverá informar nas Notas Fiscais seus dados bancários e o número da **Solicitação de Fornecimento** que vier a ensejar o(s) futuro(s) fornecimento(s).

15.4 – Caso ocorra atraso no pagamento o mesmo sofrerá atualização monetária entre a data prevista e a do efetivo pagamento através da variação do INPC ou IPCA, conforme a regulamentação vigente na ocasião, devendo ser aplicado aquele índice que apresentar o menor índice de variação no período apurado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

15.5 – Para recebimento dos pagamentos a empresa contratada fica obrigada a manter atualizadas as certificações de regularidade para com o INSS, FGTS, CNDT e com a Fazenda Municipal de sua sede.

15.6 – A Nota Fiscal deverá ser entregue pelo licitante vencedor, diretamente ao representante da Administração Municipal, que somente atestará a entrega dos materiais e liberação da referida Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas todas as condições pactuadas.

15.7 – Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida ao licitante vencedor e o pagamento ficará pendente até que este providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento reiniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura de Divinópolis.

15.8 – Conforme Decreto Municipal nº 15.680/2023 e orientações das Instruções Normativas [RFB nº 2.145/2023](#) e [nº 1.234/2012](#) e Anexos I a V, sobre as retenções de tributos incidentes sobre os pagamentos efetuados a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou a prestação de serviços, pelos órgãos da administração pública direta Federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive suas autarquias e fundações, fica o Município de Divinópolis obrigado a efetuar a retenção/recolhimento do imposto sobre a renda na fonte, seguindo as normas supracitadas.

15.8.1 – Portanto, as notas fiscais, faturas e recibos de fornecimento de bens ou prestação de serviços emitidas à Prefeitura de Divinópolis deverão constar o valor a ser retido do imposto sobre a renda, conforme disposto no anexo I da [IN RFB nº 1234/2012](#), salvo hipóteses em que não haverá retenções de acordo com seu art. 4º, sendo necessário realizar as devidas comprovações.

15.8.2 – Os valores de imposto sobre a renda a serem retidos deverão ser informadas no documento fiscal em campo próprio e, na inexistência deste, a informação deverá constar no campo de "Informações Complementares".

15.8.3 – A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123/2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

16 – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

16.1 – Não haverá exigência de garantia de execução para a futura contratação.

17 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 – Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2 – Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.3 – Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

17.4 – A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.5 – As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.6 – Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.7 – Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.8 – O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.9 – Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.10 – O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e endereços eletrônicos www.comprasnet.gov.br e www.divinopolis.mg.gov.br.

17.11 – Fica eleito o Foro da Justiça Estadual em Divinópolis/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução da Ata de Registro de Preços que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

17.12 – O Edital, Termo de Referência, minutas, planilhas, anexos e toda documentação da licitação são complementares entre si.

17.13 – Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

17.13.1 – Anexo I – Relatório de Especificação e Estimativa de Preço/ Termo de Referência.

17.13.2 – Anexo II – Modelo de Proposta.

17.13.3 – Anexo III – Minuta da Ata de Registro de Preços.

Divinópolis, outubro de 2024.

(assinado digitalmente)

SHEILA SALVINO

Secretária Municipal de Saúde

(assinado digitalmente)

GUSTAVO MENDES MARTINS

Secretário Municipal de Operações e Serviços
Urbanos

TERMO DE REFERÊNCIA / ANEXO I

1 – DO OBJETO:

1.1 – Constitui objeto da presente licitação o registro de preço de diversos materiais e ferramentas de construção civil, necessários para manutenção e construção dos imóveis da Secretaria Municipal de Saúde e demais secretarias.

1.2 – TIPO DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços.

2 – DA JUSTIFICATIVA:

2.1 – Justifica-se a aquisição dos materiais listados no item 3 do presente documento, em razão de manter a manutenção, reformas e construções com mão de obra própria nos imóveis utilizados pela Secretária de Saúde e demais secretarias do município de Divinópolis.

2.2 – As especificações dos materiais foram elaboradas para atender principalmente as demandas da Secretaria de Saúde e as quantidades foram estimadas prevendo a aquisição de material de todas as secretarias deste município.

2.3 – As quantidades levantadas têm por objetivo atender o planejamento atual das secretarias deste Município, e tratando-se de registro de preço, **ESTA ADMINISTRAÇÃO NÃO FICA OBRIGADA A ADQUIRIR QUALQUER QUANTIDADE MÍNIMA DOS ITENS LICITADOS.**

2.4 – O presente processo também é justificado devido ao vencimento (abril/2024) das atas de registro de preço de materiais de construção vigentes (172/2023, 173/2023, 174/2023, 175/2023, 176/2023, 177/2023, 178/2023, 179/2023, 180/2023, 181/2023, 182/2023, 183/2023, 184/2023, 185/2023, 186/2023, 187/2023, 188/2023, 189/2023, 190/2023, 191/2023, 192/2023, 193/2023, 194/2023, 195/2023, 196/2023, 197/2023, 198/2023, 199/2023, 200/2023, 201/2023, 202/2023, 203/2023, 204/2023, 205/2023, 206/2023, 207/2023, 208/2023, 209/2023, 210/2023, 211/2023, 212/2023, 213/2023, 214/2023, 215/2023, 216/2023, 217/2023, 218/2023, 219/2023, 220/2023).

3 – DA ESPECIFICAÇÃO: Todos os materiais ofertados deverão cumprir com as especificações apresentadas na tabela a seguir:

LOTE 01 – SERRALHERIA					
Item	Descrição:	Und.	Qtde	Vlr.Unit. médio (R\$)	Total (R\$)
1	Arame galvanizado nº 14	KG	2.000	R\$ 17,45	R\$ 34.900,00
2	Arame recozido nº 14	KG	2.000	R\$ 20,53	R\$ 41.060,00
3	Arame recozido nº 18	KG	1.000	R\$ 15,40	R\$ 15.400,00
4	Armação de coluna treliça vergalhão 3/4" 15 x 15. 6 metros	UN	1.000	R\$ 40,04	R\$ 40.040,00
5	Chumbador parabolte concreto para furo 10 mm 1/4 x 2 mm	UN	3.000	R\$ 2,05	R\$ 6.150,00
6	Chumbador parabolte concreto para furo 6 mm 1/4 x 2 mm	UN	3.000	R\$ 2,05	R\$ 6.150,00
7	Chumbador parabolte concreto para furo 8 mm 1/4 x 2 mm	UN	3.000	R\$ 2,05	R\$ 6.150,00
8	Tubo de aço carbono quadrado 20 x 20 cm (chapa 16). 6 metros	UN	1.000	R\$ 57,49	R\$ 57.490,00
9	Tubo de aço carbono redondo 1" (chapa 16). 6 metros	UN	1.000	R\$ 58,52	R\$ 58.520,00
10	Tubo de aço carbono redondo 3/4" (chapa 16). 6 metros	UN	1.000	R\$ 44,15	R\$ 44.150,00
11	Vergalhão CA50 6,3 mm com 12 metros	UN	3.000	R\$ 18,48	R\$ 55.440,00
12	Armação de coluna quadrado vergalhão 3/8" 15 x 15. 6 metros	UN	1.000	R\$ 163,24	R\$ 163.240,00
13	Calha em "U" galvanizada 6 metros 20 x 20 x 20 cm	UN	1.000	R\$ 100,61	R\$ 100.610,00
14	Cumeeira galvanizada trapezoidal chapa 28 largura 1028 mm	UN	4.000	R\$ 30,80	R\$ 123.200,00
15	Gradil padrão escolar em tela 5 x 20 cm, arame 4,3 mm, peça com altura de 2,43 m e largura de 2,50 m	UN	2.000	R\$ 1.632,40	R\$ 3.264.800,00
16	Kit poste para gradil padrão escolar com 2,43 m de altura com porcas soldadas para 5 fixadores + 5 fixadores com parafusos	UN	2.000	R\$ 359,33	R\$ 718.660,00
17	Perfil de aço enrijecido 50 mm x 10 mm x 2 mm (chapa 14). 6 metros	UN	1.000	R\$ 96,43	R\$ 96.430,00
18	Perfil em "U" enrijecido chapa 14. 75 x 40 x 15. Com 6 metros	UN	3.000	R\$ 177,61	R\$ 532.830,00
19	Rufo 30 cm largura	M	10.000	R\$ 54,31	R\$ 543.100,00
20	Telha galvanizada trapezoidal face inferior lisa na cor branca chapa 28. Largura 1028 mm termoacústica	M	30.000	R\$ 70,84	R\$ 2.125.200,00
21	Telha galvanizada trapezoidal nas duas faces chapa 28. Largura 1028 mm	M	20.000	R\$ 29,77	R\$ 595.400,00
22	Tubo de aço carbono quadrado 10 x 10 cm. Chapa 14. 6 metros	UN	1.000	R\$ 412,72	R\$ 412.720,00
23	Tubo de aço carbono quadrado 5 x 3 cm. Chapa 16. 6 metros	UN	1.000	R\$ 118,07	R\$ 118.070,00
24	Tubo de aço carbono quadrado 7,5 x 3 cm. Chapa 14. 6 metros	UN	1.000	R\$ 197,12	R\$ 197.120,00
25	Tubo de aço industrial 31,75 mm (1 1/4"). Chapa 16. 6 metros	UN	3.000	R\$ 50,31	R\$ 150.930,00
TOTAL DO LOTE 01				R\$ 9.507.760,00	

LOTE 02 – DIVISÓRIA					
Item	Descrição:	Und.	Qtde	Vlr.Unit. médio (R\$)	Total (R\$)
26	Bucha 6 - 6 mm em nylon	UN	180.000	R\$ 0,08	R\$ 14.400,00
27	Bucha 8 - 8 mm em nylon	UN	180.000	R\$ 0,10	R\$ 18.000,00
28	Montante para divisória 3 m x 3,5 cm	UN	2.000	R\$ 26,78	R\$ 53.560,00
29	Parafuso para madeira Philips chata 4,5 x 40 mm aço bicromatizado	UN	180.000	R\$ 0,206	R\$ 37.080,00
30	Parafuso para madeira Philips chata 4,5 x 50 mm aço bicromatizado	UN	180.000	R\$ 0,206	R\$ 37.080,00
31	Parafuso para madeira Philips chata 5 x 60 mm aço bicromatizado	UN	180.000	R\$ 0,27	R\$ 48.600,00
32	Painel para divisória branco 2,1 x 1,2 m	UN	6.000	R\$ 218,36	R\$ 1.310.160,00
33	Perfil guia para divisória Eucatex 3 metros	UN	15.000	R\$ 20,50	R\$ 307.500,00

34	Perfil H para divisória Eucatex 2,15 metros	UN	15.000	R\$ 19,57	R\$ 293.550,00
35	Porta para divisória completa 2,11 x 0,82 m	UN	3.000	R\$ 380,07	R\$ 1.140.210,00
TOTAL DO LOTE 02				R\$ 3.260.140,00	

LOTE 03 – COLANTE – EXCLUSIVO PARA MPE					
Item	Descrição:	Und.	Qtde	Vlr.Unit. médio (R\$)	Total (R\$)
36	Gesso para revestimento - 1 kg	UN	4.000	R\$ 7,14	R\$ 28.560,00
37	Rejunte cimentício colorido, aditivado, flexível e de acabamento liso. Cor a definir	KG	4.000	R\$ 6,21	R\$ 24.840,00
TOTAL 03				R\$ 53.400,00	

LOTE 04 – COLANTE					
Item	Descrição:	Und.	Qtde	Vlr.Unit. médio (R\$)	Total (R\$)
38	Argamassa ACIII flexível 20 kg	UN	6.000	R\$ 39,23	R\$ 235.380,00
39	Cal hidratada saco 20 kg	UN	6.000	R\$ 25,77	R\$ 154.620,00
40	Cimento - cimento Portland (CP), tipo: CP II - E (composto com escória - NBR 11578), classe resistência: 32. Saco com 50 kg	UN	3.000	R\$ 33,57	R\$ 100.710,00
41	Cimento CII - CIII - 50kg	UN	10.000	R\$ 46,58	R\$ 465.800,00
42	Graute saco 25 kg	UN	1.000	R\$ 88,91	R\$ 88.910,00
TOTAL 04				R\$ 1.045.420,00	

LOTE 05 – AREIA					
Item	Descrição:	Und.	Qtde	Vlr.Unit. médio (R\$)	Total (R\$)
43	Areia fina de rio lavada	M³	10.000	R\$ 176,80	R\$ 1.768.000,00
44	Areia grossa de rio lavada sem pedra	M³	1.000	R\$ 181,63	R\$ 181.630,00
45	Areia média de rio lavada	M³	10.000	R\$ 156,00	R\$ 1.560.000,00
TOTAL DO LOTE 05				R\$ 3.509.630,00	

LOTE 06 – FERRAMENTAS SIMPLES					
Item	Descrição:	Und.	Qtde	Vlr.Unit. médio (R\$)	Total (R\$)
49	Broxa redonda monofil	UN	350	R\$ 17,35	R\$ 6.072,50
50	Broxa retangular	UN	1.000	R\$ 8,11	R\$ 8.110,00
51	Carretel de linha com giz para marcação 30 metros	UN	80	R\$ 40,04	R\$ 3.203,20
52	Carrinho de mão 65 litros (chapa 14)	UN	50	R\$ 632,33	R\$ 31.616,50
53	Cavadeira com cabo de madeira (articulada)	UN	50	R\$ 82,03	R\$ 4.101,50
54	Cavadeira reta com cabo	UN	80	R\$ 143,63	R\$ 11.490,40
55	Colher de pedreiro 08"	UN	80	R\$ 47,13	R\$ 3.770,40
56	Colher de pedreiro 10"	UN	80	R\$ 51,23	R\$ 4.098,40
57	Cortador de pisos profissional Tec 100 cm	UN	80	R\$ 306,97	R\$ 24.557,60
58	Desempenadeira com espuma	UN	80	R\$ 40,97	R\$ 3.277,60
59	Desempenadeira de PVC frisada	UN	80	R\$ 28,65	R\$ 2.292,00

60	Desempenadeira dentada em aço inox	UN	80	R\$ 30,70	R\$ 2.456,00
61	Desempenadeira lisa de madeira	UN	80	R\$ 27,62	R\$ 2.209,60
62	Enxada 2,5 libras larga com cabo	UN	130	R\$ 91,37	R\$ 11.878,10
63	Espátula de aço inox, lisa, 4 polegadas	UN	50	R\$ 7,09	R\$ 354,50
64	Garfo forçado 10 dentes	UN	100	R\$ 174,43	R\$ 17.443,00
65	Mangueira de nível siliconada 5/16". Rolo com 7 metros	UN	80	R\$ 106,67	R\$ 8.533,60
66	Marreta 1 kg com cabo	UN	45	R\$ 36,86	R\$ 1.658,70
67	Marreta 2 kg com cabo	UN	45	R\$ 66,63	R\$ 2.998,35
68	Marreta 5 kg com cabo	UN	45	R\$ 170,33	R\$ 7.664,85
69	Marreta de 0,5 kg com cabo	UN	60	R\$ 20,43	R\$ 1.225,80
70	Martelo carpinteiro nº 27	UN	45	R\$ 51,23	R\$ 2.305,35
71	Martelo de borracha 6 cm	UN	45	R\$ 23,51	R\$ 1.057,95
72	Módulo de andaime 1 x 1,5 m	UN	50	R\$ 503,07	R\$ 25.153,50
73	Pá de bico	UN	90	R\$ 61,50	R\$ 5.535,00
74	Pá quadrada nº 4 com cabo	UN	60	R\$ 71,76	R\$ 4.305,60
75	Picareta	UN	60	R\$ 102,56	R\$ 6.153,60
76	Picareta chibanca, nº 4, com cabo 90 cm	UN	100	R\$ 87,26	R\$ 8.726,00
77	Piso metálico para andaime 1,5 m	UN	30	R\$ 359,33	R\$ 10.779,90
78	Ponteiro 3/4" de amortecedor	UN	90	R\$ 20,43	R\$ 1.838,70
79	Rastelo 16 dentes	UN	80	R\$ 13,35	R\$ 1.068,00
80	Régua de alumínio para pedreiro 3 metros	UN	80	R\$ 46,20	R\$ 3.696,00
81	Rodízio simples giratório com roda 6" x 2" revestido em borracha, freio e sistema de trava por catraca	UN	30	R\$ 174,53	R\$ 5.235,90
82	Sapata ajustável para andaime 1 x 1,5 m	UN	30	R\$ 409,64	R\$ 12.289,20
83	Talhadeira 3/4" de amortecedor	UN	90	R\$ 20,43	R\$ 1.838,70
84	Tesoura de poda 48,4 x 15,8 x 10,7 cm	UN	80	R\$ 71,87	R\$ 5.749,60
85	Torquês para armador 12", 30 cm, cabo revestido	UN	130	R\$ 35,93	R\$ 4.670,90
86	Trava de segurança diagonal para andaime 1,5 x 1,5	UN	30	R\$ 163,24	R\$ 4.897,20
87	Trava de segurança inferior/superior para andaime de 1,5 m	UN	30	R\$ 163,24	R\$ 4.897,20
TOTAL DO LOTE 06				R\$ 269.210,90	

LOTE 07 – FERRAMENTAS ELÉTRICAS					
Item	Descrição:	Und.	Qtde	Vlr.Unit. médio (R\$)	Total (R\$)
88	Batedor de argamassa	UN	70	R\$ 64,58	R\$ 4.520,60
89	Compressor de ar 120 LB/POL ² - 8,0 PCM/25 L - 2 CV - 220 v	UN	6	R\$ 3.651,67	R\$ 21.910,02
90	Esmerilhadeira angular Bosch 900 w 127 v	UN	45	R\$ 547,75	R\$ 24.648,75
91	Ferro de solda 60 w, 127 v	UN	45	R\$ 104,33	R\$ 4.694,85
92	Gerador a gasolina, 1.000 w, 127/220 v	UN	6	R\$ 2.399,67	R\$ 14.398,02
93	Lixadeira de parede e teto 9" com cabo e aspiração de poeira 750 w 127 v	UM	45	R\$ 1.669,33	R\$ 75.119,85
94	Lixadeira de parede roto orbital com LED 225 mm, 9 polegadas 720 w	UN	45	R\$ 1.032,90	R\$ 46.480,50
95	Lixadeira orbital Bosch 250 w 127 v	UN	45	R\$ 1.040,20	R\$ 46.809,00

96	Máscara de solda automática regulável, com bateria de lítio, com proteção entre 11 e 16 DIN, tempo de resposta 0,2 milissegundo, com visor 90 x 35 mm, e célula fotovoltaica	UN	45	R\$ 208,67	R\$ 9.390,15
97	Medidor de nível a laser	UN	35	R\$ 1.565,00	R\$ 54.775,00
98	Mini esmerilhadeira 4 1/2" 800 w 127v	UN	45	R\$ 730,33	R\$ 32.864,85
99	Moto esmeril 6", bivolt, 360 w, 0 a 3.580 RPM	UN	40	R\$ 1.252,00	R\$ 50.080,00
100	Motosserra 54 cc 18 polegadas	UN	25	R\$ 2.191,00	R\$ 54.775,00
101	Parafusadeira com fio 400 w 127 v	UN	45	R\$ 1.252,00	R\$ 56.340,00
102	Perfurador de solo a gasolina 52 cc 1.500 w	UN	15	R\$ 1.773,67	R\$ 26.605,05
103	Serra circular profissional – 1.500 w 110 v com diâmetro do disco de serra de 184 mm	UN	45	R\$ 1.398,07	R\$ 62.913,15
104	Serra de bancada mesa 2.000 w - 220 v, com ajuste de angulação	UN	6	R\$ 2.295,33	R\$ 13.771,98
105	Serra mármore 110 mm 1.500 w 127v	UN	70	R\$ 615,46	R\$ 43.082,20
106	Serra tico-tico 450 w 127 v	UN	45	R\$ 855,53	R\$ 38.498,85
107	Alicate amperímetro, 1.000 A, display LCD 3 1/2 dígitos, 2.000 contagem de corrente ac: 20/200/1.000 A. Tensão dc: 200m/20/200/1.000 v. Tensão ac: 200/750 v	UN	45	R\$ 2.660,50	R\$ 119.722,50
108	Furadeira de impacto 3/4" 760 w 127 v	UN	45	R\$ 2.504,00	R\$ 112.680,00
109	Furadeira e parafusadeira, 13 mm, sem fio, de impacto com maleta de ferramentas, 2 baterias 18 v, carregador bivolt, com duas velocidades variáveis e reversíveis de 0 a 500 e 0 a 1750 RPM, torque de 65 nm, com 15 posições de ajuste	UN	120	R\$ 1.460,67	R\$ 175.280,40
110	Máquina de solda inversora portátil 180 A, para eletrodos E6013 e E7018 hot-start automático anti-sticking mma 7.800 w faixa de amperagem entre 20 e 180 A	UN	45	R\$ 2.065,80	R\$ 92.961,00
111	Máquina de solda Mig, Tig e eletrodo 140 A, com cilindro, arame faixa de amperagem entre 30 e 140 A	UN	35	R\$ 4.173,33	R\$ 146.066,55
112	Martelete rompedor, 127 v, 800 w, força de impacto 2,7 J, 1.100 RPM, 2,9 kg	UN	65	R\$ 1.481,53	R\$ 96.299,45
113	Martelete rompedor, 127 v, 1.510 w, força de impacto 25,5 J, 10,3 kg	UN	65	R\$ 7.825,00	R\$ 508.625,00
114	Martelete rompedor, 220 v, 1.510 w, força de impacto 33,8 J	UN	65	R\$ 7.825,00	R\$ 508.625,00
115	Roçadeira 58 cc; potência máxima: 2,238 kw/9.000 RPM	UN	45	R\$ 1.857,13	R\$ 83.570,85
TOTAL DO LOTE 07				R\$ 2.525.508,57	

LOTE 08 – ELÉTRICA					
Item	Descrição:	Und.	Qtde	Vlr.Unit. médio (R\$)	Total (R\$)
116	Abraçadeira de nylon 150 x 3 mm	UN	5.000	R\$ 0,13	R\$ 650,00
117	Abraçadeira de nylon 200 x 3,6 mm	UN	5.050	R\$ 0,32	R\$ 1.616,00
118	Abraçadeira de nylon 300 x 7,6 mm	UN	5.600	R\$ 0,27	R\$ 1.512,00
119	Abraçadeira de nylon 500 x 7,6 mm	UN	2.500	R\$ 1,26	R\$ 3.150,00
120	Adaptador de tomada pino grosso 10/20 A	UN	500	R\$ 5,13	R\$ 2.565,00
121	Bastão de cola quente 11,2 mm x 30 cm	UN	550	R\$ 3,14	R\$ 1.727,00
122	Cabo 1,5 mm flexível cor a definir	M	12.000	R\$ 1,57	R\$ 18.840,00
123	Cabo flexível 2,5 mm cor a definir	M	30.000	R\$ 2,41	R\$ 72.300,00
124	Cabo flexível, paralelo, 2 x 1,5 mm cor a definir	M	1.000	R\$ 3,56	R\$ 3.560,00
125	Cabo flexível, paralelo, 2 x 2,5 mm cor a definir	M	8.000	R\$ 5,01	R\$ 40.080,00

126	Cabo guia para passar fio 10 m	UN	45	R\$ 41,87	R\$ 1.884,15
127	Cabo guia para passar fio 20 m	UN	45	R\$ 53,38	R\$ 2.402,10
128	Cabo PP 6 mm 2 vias	M	2.500	R\$ 12,56	R\$ 31.400,00
129	Cabo PP 6 mm 3 vias	M	2.500	R\$ 17,79	R\$ 44.475,00
130	Caixa plástica de passagem de parede embutir 4 x 2	UN	2.000	R\$ 3,67	R\$ 7.340,00
131	Caixa sobrepor externa 2 x 4 PVC	UN	3.000	R\$ 1,67	R\$ 5.010,00
132	Caneta de teste detectora de tensão sinal sonoro e visual	UN	67	R\$ 45,01	R\$ 3.015,67
133	Condutele múltiplo 1"	UN	100	R\$ 15,96	R\$ 1.596,00
134	Condutele múltiplo 1,1/2"	UN	100	R\$ 41,92	R\$ 4.192,00
135	Conector de derivação 1,5 mm	UN	5.000	R\$ 1,26	R\$ 6.300,00
136	Conector de derivação 1,5 mm com 2 polos	UN	5.050	R\$ 2,93	R\$ 14.796,50
137	Conector de derivação 1,5 mm, com 3 polos	UN	5.050	R\$ 3,67	R\$ 18.533,50
138	Conector de derivação 1,5 mm, com 4 polos	UN	5.050	R\$ 3,67	R\$ 18.533,50
139	Conector de derivação 2,5 mm com 2 polos	UN	5.050	R\$ 2,93	R\$ 14.796,50
140	Conector de derivação 2,5 mm, com 3 polos	UN	5.000	R\$ 3,67	R\$ 18.350,00
141	Conector de derivação 2,5 mm, com 4 polos	UN	5.050	R\$ 5,86	R\$ 29.593,00
142	Conector de derivação 4 mm, com 2 polos	UN	5.000	R\$ 2,93	R\$ 14.650,00
143	Conector de derivação 4 mm, com 3 polos	UN	5.050	R\$ 3,67	R\$ 18.533,50
144	Conector de derivação 4 mm, com 4 polos	UN	5.000	R\$ 5,86	R\$ 29.300,00
145	Conector de derivação 6 mm, com 2 polos	UN	5.000	R\$ 5,44	R\$ 27.200,00
146	Conector de derivação 6 mm, com 3 polos	UN	5.050	R\$ 6,39	R\$ 32.269,50
147	Conector de derivação 6 mm, com 4 polos	UN	5.050	R\$ 11,35	R\$ 57.317,50
148	Conector de derivação perfurante 10 mm - 95 mm	UN	1.150	R\$ 11,51	R\$ 13.236,50
149	Conector fendido banhado a ouro 16 mm²	UN	5.050	R\$ 10,47	R\$ 52.873,50
150	Controle de ventilador de parede, externo - bivolt	UN	530	R\$ 37,58	R\$ 19.917,40
151	Disjuntor bifásico Din 06 A, curva "C"	UN	260	R\$ 33,49	R\$ 8.707,40
152	Disjuntor bifásico Din 10 A, curva "C"	UN	300	R\$ 33,75	R\$ 10.125,00
153	Disjuntor bifásico Din 20 A, curva "C"	UN	300	R\$ 31,40	R\$ 9.420,00
154	Disjuntor bifásico Din 32 A, curva "C"	UN	300	R\$ 30,88	R\$ 9.264,00
155	Disjuntor bifásico Din 40 A, curva "C"	UN	300	R\$ 3,14	R\$ 942,00
156	Disjuntor bifásico Din 63 A, curva "C"	UN	300	R\$ 33,49	R\$ 10.047,00
157	Disjuntor monofásico Din 06 A, curva "C"	UN	300	R\$ 10,46	R\$ 3.138,00
158	Disjuntor monofásico Din 10 A, curva "C"	UN	300	R\$ 8,69	R\$ 2.607,00
159	Disjuntor monofásico Din 16 A, curva "C"	UN	300	R\$ 8,06	R\$ 2.418,00
160	Disjuntor monofásico Din 20 A, curva "C"	UN	350	R\$ 8,37	R\$ 2.929,50
161	Disjuntor trifásico Din 100 A, curva "C"	UN	300	R\$ 104,15	R\$ 31.245,00
162	Disjuntor trifásico Din 50 A, curva "C"	UN	300	R\$ 46,05	R\$ 13.815,00
163	Drive reator para painel de LED 18 w	UN	2.000	R\$ 15,70	R\$ 31.400,00
164	Eletroduto corrugado flexível 1"	M	7.000	R\$ 4,18	R\$ 29.260,00
165	Extensão elétrica 20 metros 20 A. Cabo 2,5 mm cabo pp preto	UN	90	R\$ 114,09	R\$ 10.268,10
166	Filtro de linha com 6 tomadas EPE 1006 branco	UN	530	R\$ 44,90	R\$ 23.797,00
167	Fita isolante 20 metros, antichama, cor a definir	UN	3.000	R\$ 12,46	R\$ 37.380,00

168	Fixador de fio circular 6 mm com 1 prego G20.	UN	10.000	R\$ 0,1236	R\$ 1.236,00
169	Haste galvanizada 2,40 m	UN	350	R\$ 61,75	R\$ 21.612,50
170	Interruptor 1 batida com tomada - interno 4 x 2	UN	2.200	R\$ 19,78	R\$ 43.516,00
171	Lâmpada de LED bivolt 12 w x 127 v - E27	UN	3.000	R\$ 15,60	R\$ 46.800,00
172	Lâmpada de LED bulbo 20 w - E27	UN	2.000	R\$ 19,78	R\$ 39.560,00
173	Lâmpada de LED bulbo 30 w - E27	UN	2.000	R\$ 31,30	R\$ 62.600,00
174	Lâmpada de LED tubular 18 w 0,6 metro	UN	2.000	R\$ 20,83	R\$ 41.660,00
175	Lâmpada de LED tubular 18 w 1,2 metro	UN	3.000	R\$ 26,06	R\$ 78.180,00
176	Luminária de emergência 30 LEDs 2 w, bivolt	UN	2.030	R\$ 31,30	R\$ 63.539,00
177	Módulo de apagador para caixa de sobrepor 20 A	UN	2.000	R\$ 16,64	R\$ 33.280,00
178	Módulo de tomada para caixa de sobrepor 20 A	UN	6.000	R\$ 11,41	R\$ 68.460,00
179	Organizador de cabos tipo espiraduto. Diâmetro: 1/2". Comprimento: 1 metro. Cor: branco	UN	1.030	R\$ 5,81	R\$ 5.984,30
180	Padrão Cemig completo bifásico com haste de 7 m	UN	35	R\$ 1.799,22	R\$ 62.972,70
181	Placa cega 4 x 2	UN	1.100	R\$ 8,27	R\$ 9.097,00
182	Placa cega 4 x 4	UN	400	R\$ 5,13	R\$ 2.052,00
183	Placa de tomada branca 1 módulo 4 x 2	UN	2.000	R\$ 6,81	R\$ 13.620,00
184	Placa de tomada branca 2 módulos 4 x 2	UN	2.000	R\$ 6,18	R\$ 12.360,00
185	Placa de tomada branca 3 módulos 4 x 2	UN	2.000	R\$ 7,22	R\$ 14.440,00
186	Plafon de PVC de sobrepor	UN	3.000	R\$ 5,13	R\$ 15.390,00
187	Plugue fêmea 10 A	UN	1.550	R\$ 12,46	R\$ 19.313,00
188	Plugue fêmea 20 A	UN	1.000	R\$ 16,64	R\$ 16.640,00
189	Plugue macho 10 A	UN	1.550	R\$ 10,36	R\$ 16.058,00
190	Plugue macho 20 A	UN	1.000	R\$ 12,46	R\$ 12.460,00
191	Quadro de distribuição de embutir 12/24 disjuntores 80 A	UN	260	R\$ 89,91	R\$ 23.376,60
192	Quadro de distribuição externo 6/8 disjuntores	UN	210	R\$ 36,53	R\$ 7.671,30
193	Refletor de LED 100 w luz branca 10.000 lúmens, proteção 65 IP	UN	500	R\$ 83,63	R\$ 41.815,00
194	Sensor de presença fotocélula E27 rosqueável	UN	500	R\$ 48,04	R\$ 24.020,00
195	Soquete de pressão	UN	500	R\$ 4,08	R\$ 2.040,00
196	Soquete de rabicho	UN	500	R\$ 1,99	R\$ 995,00
197	Terminal olhal de pressão 1,5 mm	UN	2.000	R\$ 0,36	R\$ 720,00
198	Terminal olhal de pressão 2,5 mm	UN	2.030	R\$ 0,36	R\$ 730,80
199	Terminal olhal de pressão 4 mm	UN	2.030	R\$ 0,84	R\$ 1.705,20
200	Tomada externa 1406 x 20 A 2P+T	UN	100	R\$ 18,74	R\$ 1.874,00
201	Tomada horizontal 20 A flúor para condutele	UN	500	R\$ 9,42	R\$ 4.710,00
202	Tomada horizontal 20 A vermelha para condutele	UN	500	R\$ 9,42	R\$ 4.710,00
203	Tomada interna 4 x 2, 1 posto, 20 A	UN	2.100	R\$ 11,41	R\$ 23.961,00
204	Tomada interna 4 x 2, 2 postos, 20 A	UN	2.100	R\$ 18,74	R\$ 39.354,00
205	Tomada interna 4 x 2, 3 postos, 20 A	UN	2.100	R\$ 22,92	R\$ 48.132,00
206	Tubo 1/2" para eletroduto galvanizado com 3 metros	UN	3.000	R\$ 16,75	R\$ 50.250,00
207	Tubo 3/4" para eletroduto galvanizado com 3 metros	UN	3.000	R\$ 20,93	R\$ 62.790,00
208	Cabo CAT5e. Caixa com 305 metros. Azul	UN	220	R\$ 1.101,09	R\$ 242.239,80
209	Cabo CAT6e. Caixa com 305 metros. Azul	UN	220	R\$ 1.515,57	R\$ 333.425,40

210	Cabo flexível 4 mm cor a definir	M	30.000	R\$ 3,93	R\$ 117.900,00
211	Cabo flexível 6 mm cor a definir	M	15.000	R\$ 5,76	R\$ 86.400,00
212	Canaleta de piso 52 mm x 14 mm x 2 m autocolante	UN	5.100	R\$ 43,38	R\$ 221.238,00
213	Canaleta de PVC 20 mm x 10 mm x 2 m, com camada de silicone interna, autocolante	UN	10.100	R\$ 11,41	R\$ 115.241,00
214	Canaleta de PVC 50 mm x 30 mm x 2 m, sem divisão interna, autocolante	UN	10.100	R\$ 50,24	R\$ 507.424,00
215	Conexão para eletrocalha perfurada 5 x 5 cm galvanizado podendo ser: emenda, curva, tê, saída para eletroduto e suporte de fixação de parede ou teto	UN	5.000	R\$ 16,17	R\$ 80.850,00
216	Conexão para eletroduto 1/2 galvanizado podendo ser: luva, curva, joelho, joelho com visita, tê, suporte de parede, suporte de teto, abraçadeira, adaptador, caixa de passagem, placa para tomada ou interruptor, módulo de tomada ou interruptor, ou conexão	UN	5.000	R\$ 23,03	R\$ 115.150,00
217	Conexão para eletroduto 3/4 galvanizado podendo ser: luva, curva, joelho, joelho com visita, tê, suporte de parede, suporte de teto, abraçadeira, adaptador, caixa de passagem, placa para tomada ou interruptor, módulo de tomada ou interruptor, ou conexão	UN	5.000	R\$ 23,03	R\$ 115.150,00
218	Eletrocalha perfurada galvanizada 5 x 5 cm com 3 metros	UN	3.000	R\$ 43,96	R\$ 131.880,00
219	Lâmpada de LED bulbo 50 w. E-27	UN	3.000	R\$ 52,23	R\$ 156.690,00
220	Painel de LED 18 w sobrepor com drive	UN	10.000	R\$ 52,23	R\$ 522.300,00
221	Refletor de LED 200 w luz branca 12.000 lúmens, proteção 65 IP	UN	500	R\$ 197,82	R\$ 98.910,00
222	Refletor de LED 50 w luz branca 4.000 lúmens, proteção 65 IP	UN	1.500	R\$ 73,16	R\$ 109.740,00
223	Relé fotoelétrico com base bivolt	UN	1.570	R\$ 65,84	R\$ 103.368,80
TOTAL DO LOTE 08				R\$ 4.967.871,22	

LOTE 09 – HIDRÁULICA					
Item	Descrição:	Und.	Qtde	Vlr.Unit. médio (R\$)	Total (R\$)
224	Adaptador soldável com anel para caixa d'água 20 mm (flange)	UN	1.000	R\$ 19,06	R\$ 19.060,00
225	Adaptador soldável com anel para caixa d'água 25 mm (flange)	UN	1.000	R\$ 23,59	R\$ 23.590,00
226	Adaptador soldável com anel para caixa d'água 32 mm (flange)	UN	1.000	R\$ 30,80	R\$ 30.800,00
227	Adaptador soldável com anel para caixa d'água 50 mm (flange)	UN	1.000	R\$ 41,10	R\$ 41.100,00
228	Adesivo veda junta 73 gramas	UN	2.000	R\$ 11,23	R\$ 22.460,00
229	Boia de 1/2 para caixa d'água	UN	1.000	R\$ 18,44	R\$ 18.440,00
230	Boia de 3/4 PVC para caixa d'água	UN	500	R\$ 20,50	R\$ 10.250,00
231	Bucha de redução soldável 20 mm x 1/2"	UN	2.000	R\$ 1,13	R\$ 2.260,00
232	Bucha de redução soldável 25 mm x 20 mm	UN	2.000	R\$ 1,13	R\$ 2.260,00
233	Bucha de redução soldável 25 mm x 3/4"	UN	2.000	R\$ 1,65	R\$ 3.300,00
234	Bucha de redução soldável 50 mm x 25 mm	UN	2.000	R\$ 7,42	R\$ 14.840,00
235	Bucha de redução soldável 50 mm x 40 mm	UN	2.000	R\$ 5,67	R\$ 11.340,00
236	Cap com rosca 1/2"	UN	2.000	R\$ 3,19	R\$ 6.380,00
237	Cap com rosca 3/4"	UN	2.000	R\$ 4,33	R\$ 8.660,00
238	Cap soldável 20 mm	UN	2.000	R\$ 2,58	R\$ 5.160,00
239	Cap soldável 25 mm	UN	2.000	R\$ 2,78	R\$ 5.560,00
240	Cap soldável 32 mm	UN	2.000	R\$ 3,61	R\$ 7.220,00

241	Cap soldável 40 mm	UN	2.000	R\$ 7,11	R\$ 14.220,00
242	Cap soldável 50 mm	UN	2.000	R\$ 12,26	R\$ 24.520,00
243	Cola de tubo 850 gramas	UN	1.000	R\$ 72,00	R\$ 72.000,00
244	Engate flexível para torneira de pia. Bitola: 1/2". Comprimento: 50 cm	UN	2.000	R\$ 12,26	R\$ 24.520,00
245	Joelho 100 mm x 90° PVC esgoto	UN	2.000	R\$ 9,17	R\$ 18.340,00
246	Joelho 20 mm x 1/2" com bucha latão soldável	UN	2.000	R\$ 10,20	R\$ 20.400,00
247	Joelho 20 mm x 45° soldável	UN	2.000	R\$ 1,96	R\$ 3.920,00
248	Joelho 20 mm x 90° soldável	UN	2.000	R\$ 1,24	R\$ 2.480,00
249	Joelho 25 x 1/2 de solda/rosca redução	UN	2.000	R\$ 4,38	R\$ 8.760,00
250	Joelho 25 x 3/4 de solda/rosca redução	UN	2.000	R\$ 7,11	R\$ 14.220,00
251	Joelho 25 mm PVC soldável	UN	2.000	R\$ 1,34	R\$ 2.680,00
252	Joelho 45 x 100 mm esgoto	UN	2.000	R\$ 12,26	R\$ 24.520,00
253	Joelho 45° 32 mm soldável	UN	2.000	R\$ 6,70	R\$ 13.400,00
254	Joelho 45° 40 mm soldável	UN	2.000	R\$ 10,20	R\$ 20.400,00
255	Joelho 45° 50 mm soldável	UN	2.000	R\$ 13,29	R\$ 26.580,00
256	Joelho 45° x 50 mm esgoto	UN	2.000	R\$ 5,67	R\$ 11.340,00
257	Joelho 45° x 75 mm esgoto	UN	2.000	R\$ 13,29	R\$ 26.580,00
258	Joelho 50 mm soldável	UN	2.000	R\$ 8,14	R\$ 16.280,00
259	Joelho 90° 3/4 soldável	UN	2.000	R\$ 1,34	R\$ 2.680,00
260	Joelho 90° 40 mm esgoto	UN	2.000	R\$ 2,58	R\$ 5.160,00
261	Joelho 90° 50 mm esgoto	UN	2.000	R\$ 4,02	R\$ 8.040,00
262	Joelho 90° x 75 mm PVC esgoto	UN	2.000	R\$ 10,20	R\$ 20.400,00
263	Luva 20 mm soldável	UN	2.000	R\$ 1,44	R\$ 2.880,00
264	Luva 25 mm soldável	UN	2.000	R\$ 1,55	R\$ 3.100,00
265	Luva 40 mm soldável	UN	2.000	R\$ 7,21	R\$ 14.420,00
266	Luva 50 mm soldável	UN	2.000	R\$ 8,14	R\$ 16.280,00
267	Luva de correr 20 mm soldável	UN	2.000	R\$ 18,44	R\$ 36.880,00
268	Luva de correr 25 mm soldável	UN	2.000	R\$ 20,50	R\$ 41.000,00
269	Luva de solda bucha latão 25 x 1/2"	UN	2.000	R\$ 10,20	R\$ 20.400,00
270	Luva PVC rosqueável 1/2"	UN	2.000	R\$ 2,78	R\$ 5.560,00
271	Luva PVC rosqueável 3/4"	UN	2.000	R\$ 4,22	R\$ 8.440,00
272	Luva soldável 20 mm x 1/2" com bucha latão	UN	2.000	R\$ 8,76	R\$ 17.520,00
273	Plugue com rosca 1/2"	UN	2.000	R\$ 1,34	R\$ 2.680,00
274	Plugue com rosca 3/4"	UN	2.000	R\$ 1,96	R\$ 3.920,00
275	Sifão sanfonado	UN	3.000	R\$ 10,20	R\$ 30.600,00
276	Tampa para vaso sanitário	UN	500	R\$ 125,56	R\$ 62.780,00
277	Tampão 100 mm esgoto	UN	1.000	R\$ 15,35	R\$ 15.350,00
278	Tampão 150 mm esgoto	UN	1.000	R\$ 41,10	R\$ 41.100,00
279	Tampão 20 mm PVC soldável	UN	1.000	R\$ 2,58	R\$ 2.580,00
280	Tampão 25 mm soldável	UN	1.000	R\$ 2,78	R\$ 2.780,00
281	Tampão 32 mm soldável	UN	1.000	R\$ 3,61	R\$ 3.610,00
282	Tampão 50 mm soldável	UN	1.000	R\$ 12,26	R\$ 12.260,00

283	Tampão 75 mm esgoto	UN	1.000	R\$ 11,23	R\$ 11.230,00
284	Tampão de esgoto 50 mm com rosca	UN	1.000	R\$ 17,41	R\$ 17.410,00
285	Tê 100 mm esgoto	UN	1.000	R\$ 20,50	R\$ 20.500,00
286	Tê 150 mm esgoto	UN	1.000	R\$ 51,40	R\$ 51.400,00
287	Tê 20 mm soldável	UN	1.000	R\$ 2,01	R\$ 2.010,00
288	Tê 25 mm soldável	UN	1.000	R\$ 2,16	R\$ 2.160,00
289	Tê 32 mm soldável	UN	1.000	R\$ 7,11	R\$ 7.110,00
290	Tê 50 mm PVC esgoto	UN	1.000	R\$ 11,23	R\$ 11.230,00
291	Tê 50 mm soldável	UN	1.000	R\$ 18,44	R\$ 18.440,00
292	Tê 75 mm esgoto	UN	1.000	R\$ 18,44	R\$ 18.440,00
293	Torneira 1/2" esfera jardim	UN	1.000	R\$ 51,40	R\$ 51.400,00
294	Torneira de plástico para jardim	UN	1.000	R\$ 5,05	R\$ 5.050,00
295	Torneira para tanque de metal 1/2" esfera	UN	1.000	R\$ 22,66	R\$ 22.660,00
296	Torneira para tanque de metal 3/4" esfera	UN	1.000	R\$ 22,66	R\$ 22.660,00
297	Tubo 3/4" rosqueável. Comprimento: 3 metros	UN	3.000	R\$ 20,50	R\$ 61.500,00
298	Caixa d'água em polietileno com tampa 500 litros	UN	500	R\$ 544,87	R\$ 272.435,00
299	Caixa d'água em polietileno com tampa 1.000 litros	UN	200	R\$ 544,87	R\$ 108.974,00
300	Joelho 45° 150 mm esgoto	UN	2.000	R\$ 53,46	R\$ 106.920,00
301	Joelho 45° 200 mm esgoto	UN	2.000	R\$ 164,70	R\$ 329.400,00
302	Joelho 90° 200 mm esgoto	UN	2.000	R\$ 175,00	R\$ 350.000,00
303	Joelho 90° x 150 mm esgoto	UN	2.000	R\$ 51,40	R\$ 102.800,00
304	Luva de correr 40 mm soldável	UN	2.000	R\$ 46,25	R\$ 92.500,00
305	Luva de correr 50 mm soldável	UN	2.000	R\$ 48,31	R\$ 96.620,00
306	Tampão 200 mm esgoto	UN	1.000	R\$ 80,24	R\$ 80.240,00
307	Tê 200 mm esgoto	UN	1.000	R\$ 195,60	R\$ 195.600,00
308	Torneira clínica lavatório alavanca mesa bica alta móvel	UN	1.000	R\$ 92,70	R\$ 92.700,00
309	Tubo 1" rosqueável. Comprimento: 3 metros	UN	3.000	R\$ 66,44	R\$ 199.320,00
310	Tubo 100 mm PVC. Comprimento: 6 metros	UN	3.000	R\$ 113,20	R\$ 339.600,00
311	Tubo 150 mm PVC. Comprimento: 6 metros	UN	3.000	R\$ 267,70	R\$ 803.100,00
312	Tubo 200 mm esgoto. Comprimento: 6 metros	UN	3.000	R\$ 813,70	R\$ 2.441.100,00
313	Tubo 20 mm PVC. Comprimento: 6 metros	UN	3.000	R\$ 29,77	R\$ 89.310,00
314	Tubo 25 mm PVC. Comprimento: 6 metros	UN	3.000	R\$ 32,86	R\$ 98.580,00
315	Tubo 32 mm PVC. Comprimento: 6 metros	UN	3.000	R\$ 61,70	R\$ 185.100,00
316	Tubo 50 mm esgoto NBR 5688. Comprimento: 6 metros	UN	3.000	R\$ 88,48	R\$ 265.440,00
317	Tubo 50 mm soldável	UN	3.000	R\$ 133,80	R\$ 401.400,00
318	Tubo 75 mm esgoto NBR 5688. Comprimento: 6 metros	UN	3.000	R\$ 335,68	R\$ 1.007.040,00
319	Tubo rosqueável 1/2". Comprimento: 6 metros	UN	3.000	R\$ 51,40	R\$ 154.200,00
TOTAL DO LOTE 09				R\$ 9.093.839,00	

LOTE 10 – MADEIREIRA					
Item	Descrição:	Und.	Qtde	Vlr.Unit. médio (R\$)	Total (R\$)
320	Dobradiça naval 8 cm, 3 1/2, na cor branca	UN	700	R\$ 3,32	R\$ 2.324,00
321	Estacas de marcação com ponta em um lado para topografia, em madeira de reaproveitamento (eucalipto). Dimensões: 25 cm de altura, 4 x 4 de largura	UN	2.500	R\$ 1,87	R\$ 4.675,00
322	Estacas de marcação com ponta em um lado para topografia, em madeira de reaproveitamento (eucalipto). Dimensões: 70 cm de altura, 6 x 3 de largura	UN	2.500	R\$ 5,81	R\$ 14.525,00
323	Fechadura completa interna para porta de madeira com chave	UN	1.000	R\$ 62,20	R\$ 62.200,00
324	Lápis de carpinteiro	UN	500	R\$ 4,04	R\$ 2.020,00
325	Porta veneziana 0,60 x 2,10 m de metal	UN	200	R\$ 362,83	R\$ 72.566,00
326	Porta veneziana 0,70 x 2,10 m de metal	UN	200	R\$ 383,57	R\$ 76.714,00
327	Prego 10 x 10 com cabeça	KG	500	R\$ 51,73	R\$ 25.865,00
328	Prego 12 x 12 com cabeça	KG	500	R\$ 38,25	R\$ 19.125,00
329	Prego 17 x 21 com cabeça	KG	500	R\$ 26,85	R\$ 13.425,00
330	Prego 18 x 30 com cabeça	KG	500	R\$ 26,85	R\$ 13.425,00
331	Primer para manta asfáltica galão 18 litros	UN	20	R\$ 311,00	R\$ 6.220,00
332	Rebite de repuxo alumínio 312 - 3,2 x 12 mm	UN	800	R\$ 0,21	R\$ 168,00
333	Sarrafo 2 x 5 cm pinus	M	25.000	R\$ 2,59	R\$ 64.750,00
334	Telha colonial americana dupla	UN	25.000	R\$ 2,59	R\$ 64.750,00
335	Telha de cerâmica colonial resinada	UN	20.000	R\$ 2,59	R\$ 51.800,00
336	Telha francesa	UN	20.000	R\$ 3,11	R\$ 62.200,00
337	Caibro de madeira 5 x 5 cm para telhado colonial	M	20.000	R\$ 10,36	R\$ 207.200,00
338	Fechadura completa externa para porta de madeira com tambor	UN	2000	R\$ 75,57	R\$ 151.140,00
339	Forro de PVC	M²	6.000	R\$ 39,29	R\$ 235.740,00
340	Manta asfáltica autoadesiva aluminizada 30 cm x 10 metros	UN	3.000	R\$ 372,16	R\$ 1.116.480,00
341	Peça de madeira para telhado colonial 6 x 12 cm	M	15.000	R\$ 29,86	R\$ 447.900,00
342	Peça de madeira para telhado colonial 6 x 20 cm	M	15.000	R\$ 55,98	R\$ 839.700,00
343	Peça de madeira para telhado colonial 6 x 25 cm	M	15.000	R\$ 69,98	R\$ 1.049.700,00
344	Pontaleta 4 x 4 cm	M	15.000	R\$ 7,46	R\$ 111.900,00
345	Porta de madeira completa com marco e alisar para pintura 0,7 x 2,1 m	UN	1.000	R\$ 447,84	R\$ 447.840,00
346	Porta de madeira completa com marco e alisar para pintura 0,8 x 2,1 m espessura do marco a definir	UN	1.000	R\$ 456,13	R\$ 456.130,00
347	Porta de madeira completa com marco e alisar para pintura 0,9 x 2,1 m espessura do marco a definir	UN	600	R\$ 476,86	R\$ 286.116,00
348	Porta veneziana 0,80 x 2,10 m de metal	UN	200	R\$ 404,30	R\$ 80.860,00
349	Ripa 5 cm x 1,5 cm para telhado colonial	M	35.000	R\$ 3,94	R\$ 137.900,00
350	Tábua de pinus espessura 2 cm, largura 30 cm	M	25.000	R\$ 50,80	R\$ 1.270.000,00
351	Telha de cerâmica americana cumeeira resinada	UN	35.000	R\$ 4,15	R\$ 145.250,00
352	Telha de cerâmica americana resinada	UN	35.000	R\$ 2,59	R\$ 90.650,00
353	Telha de cerâmica colonial cumeeira resinada	UN	35.000	R\$ 4,15	R\$ 145.250,00
TOTAL DO LOTE 10				R\$ 7.776.508,00	

LOTE 11 – VIDRAÇARIA					
Item	Descrição:	Und.	Qtde	Vlr.Unit. médio (R\$)	Total (R\$)
354	Fornecimento e instalação de vidro laminado 8 mm, incolor	M²	3.000	R\$ 1.043,33	R\$ 3.129.990,00
355	Fornecimento e instalação de vidro laminado cancelado 4 mm, incolor	M²	3.000	R\$ 313,00	R\$ 939.000,00
356	Fornecimento e instalação de vidro temperado 8 mm, incolor	M²	3.000	R\$ 626,00	R\$ 1.878.000,00
357	Vidro laminado 8 mm, incolor	M²	1.000	R\$ 939,00	R\$ 939.000,00
358	Vidro laminado cancelado 4 mm, incolor	M²	1.000	R\$ 260,83	R\$ 260.830,00
359	Vidro temperado 8 mm, incolor	M²	1.000	R\$ 521,67	R\$ 521.670,00
TOTAL DO LOTE 11				R\$ 7.668.490,00	

LOTE 12 – PINTURA					
Item	Descrição:	Und.	Qtde	Vlr.Unit. médio (R\$)	Total (R\$)
360	Aguarrás galão 5 litros	UN	1.000	R\$ 194,33	R\$ 194.330,00
361	Impermeabilizante. Lata de 18 litros	UN	4.000	R\$ 71,63	R\$ 286.520,00
362	Liquibrilho - lata de 3,6 litros	UN	4.000	R\$ 102,23	R\$ 408.920,00
363	Massa acrílica 18 litros	UN	1.000	R\$ 296,67	R\$ 296.670,00
364	Massa corrida 25 kg	UN	1.000	R\$ 152,38	R\$ 152.380,00
365	Thinner 5 litros	UN	1.000	R\$ 112,47	R\$ 112.470,00
366	Tinta acrílica 18 litros. Padrão standard. Cor a definir. Com porcentagem de sólidos entre 28 e 31% (sólidos/volume). Densidade entre 1,295 e 1,386. pH entre 9 e 11. VOC (ASTM D 3960-05) entre 16 e 22 g/l.	UN	5.000	R\$ 735,78	R\$ 3.678.900,00
367	Tinta esmalte sintético galão de 3,6 litros. Cor a definir. Com porcentagem de sólidos entre 36 e 55% (na relação sólidos/volume). Densidade entre 1,15 e 1,38 g/cm³. VOC (ASTM D 3960-05) entre 366 e 484 g/l.	UN	5.000	R\$ 214,80	R\$ 1.074.000,00
368	Tinta para piso galão 18 litros. Cor a definir. Com porcentagem de sólidos entre 37 e 38% (na relação sólidos/volume). Com densidade entre 1,19 e 1,32 g/cm³. pH entre 8,5 e 10,5. VOC (ASTM D 3960-05) entre 26 e 27 g/l.	UN	3.000	R\$ 527,94	R\$ 1.583.820,00
369	Verniz marítimo, acetinado, galão 3,6 litros	UN	4.000	R\$ 199,45	R\$ 797.800,00
488	Desengripante antiferrugem e lubrificante	UN	500	R\$ 54,14	R\$ 27.070,00
TOTAL DO LOTE 12				R\$ 8.612.880,00	

LOTE 13 – FERRAMENTAS					
Item	Descrição:	Und.	Qtde	Vlr.Unit. médio (R\$)	Total (R\$)
370	Alicate de corte diagonal 6 1/2" (16,5 cm) encapado	UN	90	R\$ 52,23	R\$ 4.700,70
371	Alicate de crimpar RJ45	UN	150	R\$ 70,13	R\$ 10.519,50
372	Alicate de pressão 10" encapado	UN	90	R\$ 104,56	R\$ 9.410,40
373	Alicate desencapador de fios 7" encapado	UN	45	R\$ 52,33	R\$ 2.354,85
374	Alicate para nivelamento de piso em aço zincado e polipropileno. Comprimento: 235 mm, largura: 42 mm e altura: 110 mm.	UN	45	R\$ 51,18	R\$ 2.303,10
375	Alicate rebitador manual 9,5" encapado	UN	90	R\$ 135,96	R\$ 12.236,40
376	Alicate universal profissional 8" encapado – 1.000 v	UN	90	R\$ 110,84	R\$ 9.975,60

377	Arco e serra 30 cm	UN	90	R\$ 62,70	R\$ 5.643,00
378	Broca de vídea longa para concreto 30 cm x 10 mm	UN	150	R\$ 83,63	R\$ 12.544,50
379	Broca de vídea longa para concreto 30 cm x 12 mm	UN	150	R\$ 83,63	R\$ 12.544,50
380	Broca de vídea longa para concreto 30 cm x 6 mm	UN	150	R\$ 150,72	R\$ 22.608,00
381	Broca de vídea longa para concreto 30 cm x 8 mm	UN	150	R\$ 44,90	R\$ 6.735,00
382	Bucha de náilon 6 mm	UN	85.000	R\$ 0,08	R\$ 6.800,00
383	Bucha de náilon 8 mm	UN	85.000	R\$ 0,11	R\$ 9.350,00
384	Bucha de náilon 10 mm	UN	85.000	R\$ 0,11	R\$ 9.350,00
385	Cadeado 3 cm	UN	450	R\$ 27,11	R\$ 12.199,50
386	Cadeado 3,5 cm	UN	450	R\$ 35,48	R\$ 15.966,00
387	Cadeado 5 cm	UN	550	R\$ 58,51	R\$ 32.180,50
388	Chave de grifo 18" (45,72 cm)	UN	90	R\$ 104,56	R\$ 9.410,40
389	Chave inglesa 12" (30 cm) com cabo emborrachado	UN	90	R\$ 62,70	R\$ 5.643,00
390	Chave turques 15"	UN	90	R\$ 94,10	R\$ 8.469,00
391	Cortador de tubos PVC	UN	90	R\$ 83,73	R\$ 7.535,70
392	Disco de desbaste para esmerilhadeira 4 1/2" (11,43 cm)	UN	6.000	R\$ 8,27	R\$ 49.620,00
393	Escada articulada 4x4 com comprimento de 4,71 m	UN	15	R\$ 1.506,15	R\$ 22.592,25
394	Escada tesoura dupla 8 degraus de fibra com altura de 2,40 m	UN	15	R\$ 837,33	R\$ 12.559,95
395	Escala métrica dobrável 2 metros	UN	90	R\$ 26,16	R\$ 2.354,40
396	Esquadro de metal 12" (30 cm)	UN	90	R\$ 41,76	R\$ 3.758,40
397	Esquadro magnético	UN	150	R\$ 150,72	R\$ 22.608,00
398	Estilete profissional 18 mm com punho de metal	UN	90	R\$ 35,59	R\$ 3.203,10
399	Facão de aço 18" (45,7 cm)	UN	90	R\$ 48,04	R\$ 4.323,60
400	Fio de náilon roçadeira 2 mm x 100 m	UN	1.500	R\$ 1,05	R\$ 1.575,00
401	Furadeira de impacto 1/2" 760 w 127 v	UN	40	R\$ 549,50	R\$ 21.980,00
402	Jogo de brocas de vídea 3 mm a 12 mm	UN	50	R\$ 49,09	R\$ 2.454,50
403	Jogo de chave Allen tipo canivete 7 peças	UN	45	R\$ 27,11	R\$ 1.219,95
404	Jogo de chave combinada nº 8 a 19 mm	UN	45	R\$ 173,64	R\$ 7.813,80
405	Jogo de chave de fenda Philips com 6 peças	UN	45	R\$ 45,95	R\$ 2.067,75
406	Jogo de chave torx tipo canivete 8 peças	UN	45	R\$ 31,40	R\$ 1.413,00
407	Lâmina de serra. Segueta 30 cm	UN	1.000	R\$ 15,60	R\$ 15.600,00
408	Lâmina de serra tico-tico	UN	200	R\$ 17,69	R\$ 3.538,00
409	Lixa para lixadeira orbital. Número de grão a definir	UN	600	R\$ 41,76	R\$ 25.056,00
410	Mangueira de jardim 1/2" (12 mm), trançada, 50 metros	UN	45	R\$ 70,13	R\$ 3.155,85
411	Nível de mão com imã 12" (30 cm)	UN	45	R\$ 77,35	R\$ 3.480,75
412	Paquímetro analógico em aço 15 cm	UN	45	R\$ 83,73	R\$ 3.767,85
413	Parafuso auto brocante flangeado ponta de broca 12 x 3/4". Comprimento: 19 mm (3/4")	UN	85.000	R\$ 0,62	R\$ 52.700,00
414	Parafuso Philips 3,5 x 25 cabeça chata	UN	85.000	R\$ 0,13	R\$ 11.050,00
415	Parafuso Philips 3,5 x 45 cabeça chata	UN	85.000	R\$ 0,16	R\$ 13.600,00
416	Parafuso Philips 5 x 60 cabeça chata	UN	85.000	R\$ 0,27	R\$ 22.950,00
417	Parafuso Philips cabeça chata 4,8 x 50 mm para bucha 8	UN	85.000	R\$ 0,27	R\$ 22.950,00
418	Parafuso Philips cabeça chata 4 x 35 mm para bucha 6	UN	85.000	R\$ 0,16	R\$ 13.600,00

419	Pistola para cola quente 40 w bivolt	UN	75	R\$ 82,69	R\$ 6.201,75
420	Ponteiros SDS 14 x 250 mm para martetele	UN	300	R\$ 30,98	R\$ 9.294,00
421	Prumo de pedreiro 300 gramas	UN	45	R\$ 35,48	R\$ 1.596,60
422	Serrote 22" (55,9 cm)	UN	90	R\$ 115,03	R\$ 10.352,70
423	Serrote para gesso 7" (17,8 cm)	UN	90	R\$ 82,69	R\$ 7.442,10
424	Talhadeira 18 x 25 x 280 mm para martetele	UN	300	R\$ 98,39	R\$ 29.517,00
425	Tarraxa de aço para encanador 1 1/2" (38 mm)	UN	20	R\$ 103,52	R\$ 2.070,40
426	Tarraxa de aço para encanador 1 1/4" (32 mm)	UN	20	R\$ 73,16	R\$ 1.463,20
427	Tarraxa de aço para encanador 1/2" (13 mm)	UN	20	R\$ 22,92	R\$ 458,40
428	Tarraxa de aço para encanador 3/4" (19 mm)	UN	20	R\$ 31,30	R\$ 626,00
429	Tesoura corta vergalhão 36" (91,4 cm). Espessura máxima de 13 mm	UN	10	R\$ 815,35	R\$ 8.153,50
430	Testador de cabo de rede RJ45	UN	30	R\$ 83,73	R\$ 2.511,90
431	Torno morsa de bancada com base giratória nº 5	UN	45	R\$ 82,69	R\$ 3.721,05
432	Trena a laser digital 50 metros com bolsa protetora	UN	20	R\$ 1.002,71	R\$ 20.054,20
433	Trena de fita 20 m profissional	UN	30	R\$ 48,04	R\$ 1.441,20
434	Trena de fita 50 m profissional	UN	100	R\$ 100,38	R\$ 10.038,00
435	Trena de liga de aço 5 metros	UN	90	R\$ 31,30	R\$ 2.817,00
436	Trena de liga de aço 7 metros	UN	90	R\$ 68,98	R\$ 6.208,20
437	Disco circular 36 dentes vídea	UN	6.000	R\$ 53,38	R\$ 320.280,00
438	Disco de corte para esmerilhadeira 4 1/2" (11,43 cm)	UN	6.000	R\$ 52,23	R\$ 313.380,00
439	Disco de flap grão 40 para esmerilhadeira 4 1/2" (11,43 cm)	UN	6.000	R\$ 15,70	R\$ 94.200,00
440	Disco de serra 11 cm 24 dentes com vídea	UN	6.000	R\$ 55,37	R\$ 332.220,00
441	Disco diamantado para piso corte seco	UN	6.000	R\$ 41,76	R\$ 250.560,00
442	Eletrodo 2,5 mm - E6013	KG	6.000	R\$ 33,39	R\$ 200.340,00
443	Fita antiderrapante 5 cm x 5 metros. Preta	UN	3.000	R\$ 48,04	R\$ 144.120,00
444	Jogo de brocas de aço 1,5 mm a 10 mm	UN	1.500	R\$ 151,77	R\$ 227.655,00
445	Parafuso sextavado 5/16" (7,94 mm) x 60 mm para bucha 10	UN	85.000	R\$ 1,05	R\$ 89.250,00
TOTAL DO LOTE 13				R\$ 2.675.444,00	

LOTE 14 – EPI					
Item	Descrição:	Und.	Qtde	Vlr.Unit. médio (R\$)	Total (R\$)
446	Cinto de segurança 3 pontos com talabarte	UN	100	R\$ 75,26	R\$ 7.526,00
447	Corda 12 mm para linha de vida em conformidade com a NR-18. 50 metros	M	1.000	R\$ 2,83	R\$ 2.830,00
448	Corda multifilamento trançada para amarração. 8 mm. Apresentação em bobina de 240 metros	M	3.000	R\$ 1,36	R\$ 4.080,00
449	Escada de alumínio de 7 degraus	UN	30	R\$ 375,75	R\$ 11.272,50
450	Escada extensiva de fibra de 15 degraus	UN	30	R\$ 1.988,67	R\$ 59.660,10
451	Fita zebra de sinalização (preta e amarela) 7 cm x 200 m	UN	2.000	R\$ 18,00	R\$ 36.000,00
452	Kit de proteção roçador (capacete, suporte, abafador tipo concha e malha plástica de proteção facial)	UN	50	R\$ 176,89	R\$ 8.844,50
453	Lona de 8 metros x 100 metros. Preta ou branca	M²	20.000	R\$ 1,57	R\$ 31.400,00
454	Mosquetão oval com rosca. Em aço MULT5200 MG	UN	100	R\$ 14,23	R\$ 1.423,00

TOTAL DO LOTE 14	R\$ 163.036,10
-------------------------	-----------------------

LOTE 15 – FORROS					
Item	Descrição:	Und.	Qtde	Vlr.Unit. médio (R\$)	Total (R\$)
455	Instalação e fornecimento de forro PVC	M²	1.500	R\$ 105,00	R\$ 157.500,00
456	Instalação e fornecimento de placas <i>drywall</i>	M²	6.000	R\$ 210,00	R\$ 1.260.000,00
TOTAL DO LOTE 15				R\$ 1.417.500,00	

LOTE 16 – DEPÓSITO DE MATERIAIS					
Item	Descrição:	Und.	Qtde	Vlr.Unit. médio (R\$)	Total (R\$)
457	Aplicador para silicone	UN	450	R\$ 20,63	R\$ 9.283,50
458	Bloco de concreto - bloco de concreto estrutural 09 x 19 x 39 cm, FCK 16 MPA	UN	3.000	R\$ 4,60	R\$ 13.800,00
459	Bloco de concreto - bloco de concreto estrutural 14 x 19 x 39 cm, FCK 16 MPA	UN	10.000	R\$ 5,57	R\$ 55.700,00
460	Bloco de concreto - bloco de concreto estrutural 19 x 19 x 39 cm, FCK 16 MPA	UN	3.000	R\$ 5,65	R\$ 16.950,00
461	Bloco de espuma	UN	2.000	R\$ 4,67	R\$ 9.340,00
462	Cuba de lavatório redonda inox embutir. Diâmetro: 30 cm. Profundidade: 15 cm	UN	600	R\$ 124,40	R\$ 74.640,00
463	Cunha para espaçador nivelador. Pacote com 50 unidades. Medida a definir	PC	450	R\$ 16,59	R\$ 7.465,50
464	Espaçador nivelador de revestimentos. Pacote com 100 unidades. Medida a definir	PC	800	R\$ 9,23	R\$ 7.384,00
465	Espaçador para piso 3 mm pacote com 100 unidades	PC	500	R\$ 6,12	R\$ 3.060,00
466	Espuma expansiva de PU 500 ml	UN	1.100	R\$ 49,97	R\$ 54.967,00
467	Linha de pedreiro 0,8 mm x 100 m	UN	500	R\$ 10,37	R\$ 5.185,00
468	Mangueira de nível 5/16" (7,94 mm) cristal	M	700	R\$ 2,07	R\$ 1.449,00
469	Massa plástica com catalizador 400 gramas. Cinza	UN	280	R\$ 11,40	R\$ 3.192,00
470	Pia de lavatório de granito espessura 2 cm 50 x 50 cm com cuba de inox 30 x 15 cm	UN	200	R\$ 233,25	R\$ 46.650,00
471	Silicone incolor 400 gramas	UN	3.000	R\$ 6,12	R\$ 18.360,00
472	Silicone incolor 50 gramas	UN	300	R\$ 10,26	R\$ 3.078,00
473	Azulejo 30 x 40 cm. Cor a definir	M²	7.000	R\$ 50,80	R\$ 355.600,00
474	Bloco tijolo de concreto 14 x 29 x 39	UN	60.000	R\$ 5,18	R\$ 310.800,00
475	Coluna pré-moldada de concreto - alambrado de 2,80 m de altura	UN	2.000	R\$ 86,04	R\$ 172.080,00
476	Coluna pré-moldada de concreto de 3 m de altura	UN	2.000	R\$ 123,36	R\$ 246.720,00
477	Concreto usinado estrutural 15 MPA - traço 1:2,5:5. Inclusive transporte dmt max. 15 km	M³	5.000	R\$ 901,90	R\$ 4.509.500,00
478	Concreto usinado estrutural 25 MPA - traço 1:2:3 inclusive transporte dmt max. 15 km	M³	5.000	R\$ 922,63	R\$ 4.613.150,00
479	Cuba retangular de embutir. Aço inoxidável. 56 x 34 cm. Altura: 20 cm	UN	370	R\$ 466,50	R\$ 172.605,00
480	Pedra granito ocre espessura 2 cm com acabamento na face e laterais	M²	750	R\$ 311,00	R\$ 233.250,00
481	Pedra mármore branco espessura 2 cm com acabamento na face e laterais	M²	600	R\$ 311,00	R\$ 186.600,00

482	Pia de granito ocre espessura 2 cm. 150 x 70 cm com beira 1 cm em 3 lados com cuba inox 56 x 36, altura 20 cm	M²	250	R\$ 518,33	R\$ 129.582,50
483	PU 25 400 gramas	UN	5.500	R\$ 16,48	R\$ 90.640,00
484	PU 40 400 gramas	UN	2.600	R\$ 75,57	R\$ 196.482,00
485	Revestimento cerâmico para piso com placas tipo esmaltadas extra 45 x 45 cm	M²	5.000	R\$ 41,47	R\$ 207.350,00
486	Tijolo cerâmica 8 furos 10 x 20 x 20	UN	70.000	R\$ 1,56	R\$ 109.200,00
487	Tijolo de cerâmica 12 furos 14 x 19 x 19	UN	70.000	R\$ 1,97	R\$ 137.900,00
TOTAL DO LOTE 16				R\$ 12.001.963,50	
LOTE 17 – Britas					
Item	Descrição:	Und.	Qtde	Vlr.Unit. médio (R\$)	Total (R\$)
46	Brita nº 0	M³	8.000	R\$ 208,00	R\$ 1.664.000,00
47	Brita nº 1	M³	6.000	R\$ 208,00	R\$ 1.248.000,00
48	Brita pedra de mão de gnaíse	M³	4.000	R\$ 197,60	R\$ 790.400,00
TOTAL DO LOTE 17				R\$ 3.702.400,00	
LOTE 18 – Tapete de grama					
Item	Descrição:	Und.	Qtde	Vlr.Unit. médio (R\$)	Total (R\$)
489	Tapete de grama esmeralda 20 a 22 kg por m²	M²	2.000	R\$ 20,70	R\$ 41.400,00
TOTAL DO LOTE 17				R\$ 41.400,00	

*** Os valores estimados foram gerados com base à consulta de preços realizada junto a fornecedores da região de Divinópolis e por meio de lojas virtuais.**

Valor Global Estimado: R\$ 78.292.401,29 (setenta e oito milhões, duzentos e noventa e dois mil, quatrocentos e um reais e vinte e nove centavos).

4 – LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA:

4.1 – Local de Entrega: O material deverá ser entregue no Município de Divinópolis – MG, podendo ocorrer em zona urbana ou rural especificada na ordem de compra com até 15 (quinze) dias úteis a contar da data de emissão da mesma e devidamente encaminhada ao fornecedor.

4.2 – O objeto desta licitação será recebido pela Prefeitura Municipal, consoante o disposto no art. 140 da Lei n.º 14.133/2024 e demais normas pertinentes.

4.3 – Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.4 – A empresa registrada / empresa contratada é obrigada a substituir, **de imediato** e às suas expensas, materiais em que se verificarem irregularidades ou que ***não atendam aos requisitos mínimos de segurança e qualidade, medidos pelos órgãos técnicos oficiais***, sujeitando o prestador de serviço às penalidades e multas.

4.5. O controle de qualidade será realizado de acordo com a capacidade, peso, embalagem e demais características do produto, sendo que em caso de não corresponder às exigências mencionadas, o produto será devolvido, ficando a empresa detentora do Sistema de Registro de Preços sujeita a substituí-lo de até 02 (dois) dias úteis independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

4.6. Havendo suspeição quanto a ocorrência de adulteração (em caso de o licitante ser revendedor) ou alteração fraudulenta de composição com vistas ao barateamento do custo (em caso de o licitante ser o fabricante), poderão ser realizadas análises específicas em laboratório oficial ou particular para verificação da qualidade do produto e as despesas correrão por conta da empresa detentora do Sistema de Registro de Preços.

4.7. Confirmada a adulteração, as informações deverão ser remetidas ao Ministério Público, para fins de identificação dos responsáveis e adoção das medidas legais cabíveis.

4.8. Todos os materiais e ferramentas a ofertados pelas licitantes deverão atender aos parâmetros mínimos de segurança e qualidade, além disso, alguns dos insumos a serem fornecidos deverão OBRIGATORIAMENTE ser associadas de organizações, associações ou institutos oficiais, no intuito de garantir a boa qualidade dos itens adquiridos pela administração deste Município. Já os itens de ferramentaria deverão contar com selo de qualidade Inmetro e os demais insumos industrializados, como os elétricos, deverão ser de fabricantes associados à ABRAMAT (Associação Brasileira de Materiais de Construção)

5 – PRAZO:

5.1 – O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.

6 – DOS PAGAMENTOS:

6.1 – Os pagamentos serão realizados mediante entrega dos materiais realizado, nas condições estabelecidas no edital, em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal e liquidação do empenho.

6.2 – A empresa registrada / empresa contratada, para o recebimento dos pagamentos, fica obrigada a manter atualizadas as certidões de regularidades fiscal com CNDM, FGTS, INSS, CNDT.

7 – GESTORES DA ATA:

7.1 – A execução da ata será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação da Coordenadoria de Infraestrutura da Secretaria Municipal de Saúde.

Divinópolis, outubro de 2024.

Hellen Augusta Assis Silva Campos

Engenheira Civil da Coordenadoria de Infraestrutura da SEMUSA

Assinantes

✓ **Hellen Augusta Assis Silva Campos**

Assinou em 01/10/2024 às 14:26:51 com o certificado avançado da Betha Sistemas e possui a identidade verificada com o CPF ***.633.996-**

Eu, Hellen Augusta Assis Silva Campos, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

R06**W8V****VQR****K05**

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Nome do licitante: _____ CNPJ: _____
Endereço Completo: _____ Telefone: _____
Responsável pela assinatura do contrato: _____
E-mail (pessoal) do responsável pela assinatura da ata/contrato: _____
E-mail (comercial): _____
PROCESSO LICITATÓRIO Nº ____/____
PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____
VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ _____ (_____
PRAZO DE ENTREGA: Conforme edital e Termo de Referência.
LOCAL DE ENTREGA: Conforme edital e Termo de Referência.
PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: Conforme edital.
PRAZO DE GARANTIA DO PRODUTO OFERTADO: Conforme edital e Termo de Referência.
AGÊNCIA _____. CONTA BANCÁRIA _____. NOME DA AGÊNCIA _____.

LOTE 01					
Item	Descrição:	Und.	Qtde	Vlr.Unit. médio (R\$)	Total (R\$)
1				R\$ ____	R\$ ____
2				R\$ ____	R\$ ____
TOTAL DO LOTE 01				R\$ ____	

Observações:

Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

O prazo de garantia contratual dos bens de consumo será aquele estabelecido pela legislação vigente, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

O prazo de garantia contratual dos bens permanentes, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

Local e data.

(Assinatura do representante legal da empresa)

Nome

RG/CPF

ANEXO III – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº ____/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2024

O **MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS**, com sede na Avenida Paraná, 2.601, CEP 35.501-170, na cidade de Divinópolis em Minas Gerais, inscrito no CNPJ sob o nº 18.291.351/0001-64, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de ____ (nome da Secretaria), o(a) Sr.(a) ____ (cargo e nome do gestor), CPF: (número do CPF), doravante denominado **ADMINISTRAÇÃO**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ____/2024 (número do pregão), publicada no ____ (nome do veículo de publicação) do dia ____ (data da publicação), Processo Licitatório nº ____ (número do PL), RESOLVE registrar os preços da empresa ____ (nome da empresa em caixa alta e negrito), inscrita no CNPJ sob o nº ____ (nº CNPJ), sediada na ____ (endereço da empresa), neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ____ (nome do representante legal), CPF: (número do CPF), doravante denominada **FORNECEDOR**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 15.995/2023, no Decreto Municipal nº 15.980/2023 e demais legislações aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir:

1 – DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a aquisições futuras e eventuais de ____ (objeto da licitação).

1.2 – Vinculam-se a esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição:

1.2.1 – O Termo de Referência;

1.2.2 – O Edital da Licitação;

1.2.3 – A proposta do FORNECEDOR;

1.2.4 – Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2 – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 – O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade de cada item e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$

2.2 – A listagem do cadastro reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3 – DA GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, FORMA DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

3.1 – O órgão responsável pela gestão e controle desta Ata de Registro de Preços será a Prefeitura de Divinópolis, por intermédio da **Secretaria Municipal de** ____ (____) (nome da Secretaria), **na pessoa do servidor**

indicado no/dos signatários do **Termo de Referência**.

3.2 – Além do gerenciador, **não há órgãos** e entidades públicas participantes do registro de preços.

3.3 – Os materiais/serviços poderão ser requisitados parcelada e eventualmente ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços, deverão ser fornecidos/executados sob as condições dos **Tópicos 4, 5 e 6 do Termo de Referência**, bem como sob cronograma da diretoria requisitante, e serão formalizados por meio de **Solicitação de Fornecimento** a ser encaminhada via e-mail ao contratado.

3.4 – A ata será assinada digitalmente através do sistema de gestão da Prefeitura de Divinópolis, o Betha Cloud.

3.4.1 – O documento será enviado ao fornecedor via sistema Betha Assinatura e a notificação será enviada via e-mail juntamente com o manual de instrução para cadastro e validação de assinatura.

3.5 – A entrega será efetuada no local mencionado no **Termo de Referência** ou, eventualmente, em local diverso a ser especificado na **Solicitação de Fornecimento** limitado à circunscrição do município.

3.6 – Reserva-se à ADMINISTRAÇÃO o direito de não **aceitar serviços e/ou receber produtos** em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar a contratação e aplicar as sanções estipuladas.

3.7 – A contratada é obrigada a substituir de imediato e às suas expensas produtos em que se verifiquem irregularidade.

3.8 – A Prefeitura de Divinópolis, através **do servidor indicado no/dos servidores signatários do Termo de Referência**, exercerá a fiscalização da execução do objeto deste certame e registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à licitante vencedora, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

3.9 – As exigências e a atuação da fiscalização pela Prefeitura de Divinópolis em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne a execução do objeto do contrato.

3.10 – A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da ADMINISTRAÇÃO ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o [art. 120 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

4 – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 – Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1 – Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2 – Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021; e

4.1.3 – Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2 – A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão

pelo fornecedor.

4.2.1 – O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3 – Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4 – O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da Ata de Registro de Preços.

4.5 – O órgão ou a entidade poderá aderir a item da Ata de Registro de Preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item **4.1**.

Dos Limites Para as Adesões

4.6 – As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na Ata de Registro de Preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7 – O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à Ata de Registro de Preços.

Vedação a Acréscimo de Quantitativos

4.8 – É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

5 – VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1 – A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil seguinte à data de sua assinatura, na forma da Lei 14.133/21, podendo a vigência ser prorrogada por igual período desde que seja comprovado o preço vantajoso.

5.1.1 – O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2 – Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2 – A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de Nota de Empenho de Despesa, **Solicitação de Fornecimento** ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.2.1 – O instrumento contratual de que trata o item **5.2** deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

5.3 – Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.4 – Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da Ata de Registro de Preços:

5.4.1 – Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2 – Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1 – Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2 – Mantiverem sua proposta original.

5.4.3 – Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5 – O registro a que se refere o item **5.4.2** tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6 – Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7 – A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item **5.4.2.2** somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1 – Quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital; e

5.7.2 – Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no **item 10**.

5.8 – O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5.9 – Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

5.9.1 – O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela ADMINISTRAÇÃO.

5.10 – A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11 – Quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos no Edital, e observando o item **5.7** e subitens, fica facultado à ADMINISTRAÇÃO convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12 – Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item **5.4.2.1**, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a ADMINISTRAÇÃO, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital, poderá:

5.12.1 – Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2 – Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13 – A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a ADMINISTRAÇÃO a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6 – DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E PAGAMENTOS

6.1 – As despesas correspondentes à execução do objeto contratado correrão por conta das secretarias municipais da Prefeitura de Divinópolis, através das dotações para o exercício de 2024 e seguintes que serão especificadas nas futuras **Solicitações de Fornecimento**, conforme elemento(s) de despesa(s) discriminado(s) a seguir:

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO

6.2 – O pagamento será realizado no máximo 30 (trinta) dias corridos após emissão de Nota Fiscal e sua regular liquidação pelo(s) servidor(es) competente(s), observada a prévia emissão de **Solicitação de Fornecimento** e Empenho.

6.3 – Os pagamentos são realizados por meio de depósito bancário, razão pela qual o FORNECEDOR deverá informar nas Notas Fiscais seus dados bancários e o número da **Solicitação de Fornecimento** que vier a ensejar o(s) futuro(s) fornecimento(s).

6.4 – Caso ocorra atraso no pagamento, este sofrerá atualização monetária entre a data prevista e a do efetivo pagamento através da variação do INPC ou IPCA, conforme a regulamentação vigente na ocasião, devendo ser aplicado aquele índice que apresentar o menor índice de variação no período apurado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.5 – Para recebimento dos pagamentos o FORNECEDOR fica obrigado a manter atualizadas as certificações de regularidade para com o INSS, FGTS, CNDT e com a Fazenda Municipal de sua sede.

6.6 – A Nota Fiscal deverá ser entregue pelo FORNECEDOR, diretamente ao representante da Administração Municipal, que somente atestará a entrega dos materiais/execução dos serviços e liberação da referida Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas todas as condições pactuadas.

6.7 – Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida ao FORNECEDOR e o pagamento ficará pendente até que este providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento reiniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura de Divinópolis.

6.8 – Conforme Decreto Municipal nº 15.680/2023 e orientações das Instruções Normativas RFB nº 2.145/2023 e nº 1.234/2012 e Anexos I a V, sobre as retenções de tributos incidentes sobre os pagamentos efetuados a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou a prestação de serviços, pelos órgãos da administração pública direta Federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive suas autarquias e fundações, fica o Município de Divinópolis obrigado a efetuar a retenção/recolhimento do imposto sobre a renda na fonte, seguindo as normas supracitadas.

6.8.1 – Portanto, as notas fiscais, faturas e recibos de fornecimento de bens ou prestação de serviços emitidas à Prefeitura de Divinópolis deverão constar o valor a ser retido do imposto sobre a renda,

conforme disposto no anexo I da IN RFB nº 1234/2012, salvo hipóteses em que não haverá retenções de acordo com seu artigo 4º, sendo necessário realizar as devidas comprovações.

6.8.2 – Os valores de imposto sobre a renda a serem retidos deverão ser informadas no documento fiscal em campo próprio e, na inexistência deste, a informação deverá constar no campo de "Informações Complementares".

6.8.3 – O FORNECEDOR regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

7 – DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1 – Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

7.1.1 – Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do *caput* do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021;

7.1.2 – Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.1.3 – Na hipótese de previsão no Edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.1.3.1 – No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

7.1.3.2 – No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

8 – DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1 – Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.1.1 – Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.1.2 – Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.1.3 – Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.1.4 – Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços para que avaliem

a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2 – Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.2.1 – Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.2.2 – Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item **9.1**, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e na legislação aplicável.

8.2.3 – Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item **5.7**.

8.2.4 – Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do item **10.4**, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.2.5 – Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item **8.2** e no item **8.2.1**, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.2.6 – O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9 – DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

9.2 – O remanejamento somente poderá ser feito:

9.2.1 – De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

9.2.2 – De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

9.3 – O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

9.4 – Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no [art. 29 do Decreto Municipal nº 15.995/2023](#).

9.5 – Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9.6 – Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9.7 – Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item **9.3**, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

10 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1 – O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

10.1.1 – Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado;

10.1.2 – Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela ADMINISTRAÇÃO sem justificativa razoável;

10.1.3 – Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 24, § 2º, do Decreto Municipal nº 15.995/2023; ou

10.1.4 – Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.1.4.1 – Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

10.2 – O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item **10.1** será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

10.3 – Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

10.4 – O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

10.4.1 – Por razão de interesse público;

10.4.2 – A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

10.4.3 – Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 23, § 3º e 24, § 4º, ambos do Decreto Municipal nº 15.995/2023.

11 – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 – Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o FORNECEDOR que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à ADMINISTRAÇÃO ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;

- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

11.2 – Serão aplicadas ao FORNECEDOR que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o FORNECEDOR der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021).
- iv. **Multa:**
 - a) Moratória de 0,5% (cinco décimos de por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) do valor da **Solicitação de Fornecimento**;
 - b) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da **Solicitação de Fornecimento**.
 - c) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 12% (doze por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da **Solicitação de Fornecimento**.
 - d) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 8% (oito por cento) a 12% (doze por cento) do valor da **Solicitação de Fornecimento**.
 - e) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 4% (quatro por cento) a 8% (oito por cento) do valor da **Solicitação de Fornecimento**.
 - f) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos de por cento) a 4% (quatro por cento) do valor da **Solicitação de Fornecimento**, ressalvadas as infrações específicas indicadas no **Termo de Referência**.

11.3 – A aplicação das sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à ADMINISTRAÇÃO (art. 156, §9º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.4 – Todas as sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.4.1 – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.5 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela ADMINISTRAÇÃO ao FORNECEDOR, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.6 – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.7 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao FORNECEDOR, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8 – Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a ADMINISTRAÇÃO;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.9 – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida lei (art. 159).

11.10 – A personalidade jurídica do FORNECEDOR poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Ata de Registro de Preços ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o FORNECEDOR, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.11 – A ADMINISTRAÇÃO deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.12 – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.13 – Os débitos do FORNECEDOR para com a ADMINISTRAÇÃO, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes desta mesma Ata de Registro de Preços ou de outros contratos administrativos que o FORNECEDOR possua com o mesmo órgão, ora ADMINISTRAÇÃO, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26/2022.

12 – DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

12.1 – São obrigações da ADMINISTRAÇÃO:

12.2 – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo FORNECEDOR, de acordo com o Edital, o

Termo de Referência e esta Ata.

12.3 – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no **Termo de Referência**.

12.4 – Notificar o FORNECEDOR, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

12.5 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo FORNECEDOR.

12.6 – Comunicar o FORNECEDOR para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.7 – Efetuar o pagamento ao FORNECEDOR do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos na presente Ata de Registro de Preços e no **Termo de Referência**.

12.8 – Aplicar ao FORNECEDOR as sanções previstas na lei e nesta Ata de Registro de Preços.

12.9 – Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo FORNECEDOR.

12.10 – Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da presente Ata de Registro de Preços, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

12.10.1 – A ADMINISTRAÇÃO terá o prazo de **1 (um) mês**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

12.11 – Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo FORNECEDOR no prazo máximo de **1 (um) mês, admitida a prorrogação motivada, por igual período**.

12.12 – Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

12.13 – Comunicar o FORNECEDOR na hipótese de posterior alteração do projeto pela ADMINISTRAÇÃO, no caso do art. 93, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.14 – A ADMINISTRAÇÃO não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo FORNECEDOR com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do FORNECEDOR, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12.15 – Observar quaisquer outras obrigações previstas nesta ata, no Edital e no **Termo de Referência**.

13 – OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

13.1 – O FORNECEDOR deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

13.2 – Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

13.3 – Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

13.4 – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

13.5 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), bem como por todo e qualquer dano causado à ADMINISTRAÇÃO ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

13.6 – Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da ADMINISTRAÇÃO ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.7 – Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o FORNECEDOR deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do FORNECEDOR; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

13.8 – Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à ADMINISTRAÇÃO.

13.9 – Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

13.10 – Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela ADMINISTRAÇÃO ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

13.11 – Paralisar, por determinação da ADMINISTRAÇÃO, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.12 – Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

13.13 – Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

13.14 – Submeter previamente, por escrito, à ADMINISTRAÇÃO, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

13.15 – Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

13.16 – Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas

as condições exigidas para habilitação na licitação.

13.17 – Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116).

13.18 – Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único).

13.19 – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

13.20 – Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.21 – Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da ADMINISTRAÇÃO.

13.22 – Observar quaisquer outras obrigações previstas nesta ata, no Edital e no Termo de Referência.

14 – CONDIÇÕES GERAIS

14.1 – As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da ADMINISTRAÇÃO e do FORNECEDOR, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no **Termo de Referência** anexo ao Edital.

14.2 – No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

14.3 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, o Decreto Municipal nº 15.995/2023, o Decreto Municipal nº 15.980/2023 e demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.

14.4 – Fica eleito o foro de Divinópolis/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta Ata de Registro de Preços que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

15 – DO GESTOR E FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 – ____ (Nome do gestor da Ata de Registro de Preços e sua matrícula).

15.2 – ____ (Nome do fiscal da Ata de Registro de Preços e sua matrícula).

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 1 (uma) via, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local, mês e ano.

CONTRATANTE

Representante legal

CONTRATADA

Representante legal

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

ITEM ____						
FORNECEDOR	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

ITEM ____						
FORNECEDOR	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$

Assinantes

Veracidade do documento

Documento assinado digitalmente.
Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse
o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

VD0**92E****ENY****JXR**